

Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS)
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA



**Concepção
de Convivência e
Fortalecimento
de Vínculos**

Brasília, 2017

CRÉDITOS

COORDENAÇÃO

Coordenação-Geral de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Carolina de Sousa Leal
Késsia Oliveira da Silva
Maria Carolina Pereira Alves

ELABORAÇÃO

Pesquisa, Elaboração e Redação

Abigail Silvestre Torres
Maria Julia Azevedo Gouveia

Supervisão

Adriana Pereira Silva

Colaboração Técnica

Ediane Pereira Dias
Emanuella de Carvalho Luz

Juliana Garcia Peres Murad
Lucia Helena Nilson (She Nilson)
Maria Carolina Pereira Alves
Rita de Cássia Alves de Abreu
Sara Espindola Eieto
Stela da Silva Ferreira

Projeto Gráfico e Editoração

Érica Cristina Ferreira dos Santos

CONTRIBUIÇÕES

Essa publicação foi elaborada a partir da colaboração de muitas pessoas que se colocaram à disposição para o encontro e para o diálogo sobre a convivência e fortalecimento de vínculos na política de assistência social. Profissionais com fortes vínculos orgânicos e de cidadania com essa política social que afetaram de forma determinante os resultados aqui apresentados; a todas eles o agradecimento da equipe diretamente responsável pela sistematização das contribuições:

GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS
DEPARTAMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

Especialistas Entrevistadas:

Aldaíza Sposati
Ana Lígia Gomes
Carla Bronzo
Denise Colin
Dirce Koga
Márcia Lopes
Simone Albuquerque

O material aqui sistematizado é fruto de pesquisa exploratória realizada no primeiro trimestre de 2012 que utilizou fontes distintas: entrevista com especialistas, grupos focais, análise de material de referência e orientação produzido no âmbito do MDS, levantamento de teses e dissertações vinculadas ao tema e visitas técnicas ao Centro Intergeracional Zoé Gueiros – Prefeitura de Belém – PA, ao CRAS Alterosa e CRAS Vila Recreio – Prefeitura de Betim – MG e ao Centro de Convivência Riacho Fundo I – Governo do Distrito Federal - DF.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social.
Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

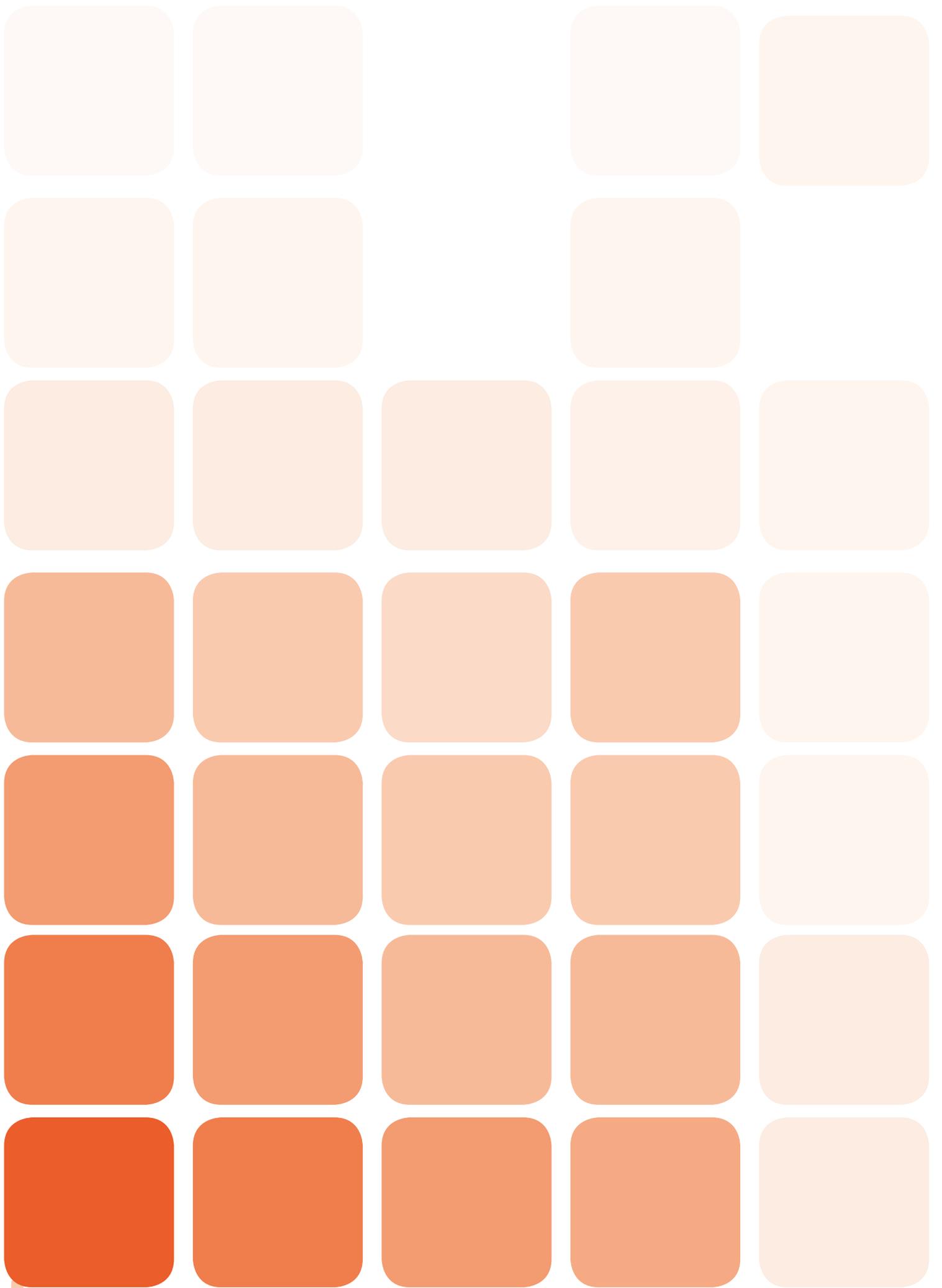
76 p.;
ISBN: 978-85-5593-014-0

1. Assistência social, Brasil. 2. Políticas públicas, Brasil. 3. Convivência, Brasil. 4. Fortalecimento de vínculos, Brasil. 5. Proteção social básica. I. Secretaria Nacional de Assistência Social.

CDU 364.3(81)

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	5
1	SEGURANÇA DE CONVÍVIO NA PROTEÇÃO SOCIAL	7
2	HERANÇAS E LEGADOS	11
3	CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	19
4	VULNERABILIDADES	37
5	FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMO FINALIDADES	48
6	CONVIVÊNCIA COMO PROCESSO E METODOLOGIA	55
7	CONSEQUÊNCIAS PROGRAMÁTICAS	66
	BIBLIOGRAFIA	71



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que disponibilizamos ao país o Caderno “*Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*”. Fruto de uma pesquisa exploratória apoiada em diferentes fontes, a presente publicação é destinada a gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e às redes de articulação da proteção social básica nos territórios, além de órgãos de controle.

A provisão das seguranças socioassistenciais pressupõem que as ofertas disponibilizadas pelo SUAS contribuam para o desenvolvimento das capacidades e autonomia dos usuários, o fortalecimento das relações no âmbito da família e da comunidade e a ampliação do acesso a direitos socioassistenciais e das redes de relacionamento no território onde vivem e convivem.

Por essa razão, este material aborda a concepção de convivência e fortalecimento de vínculos, temas tão caros à Assistência Social. A expectativa é que seu conteúdo possa provocar a reflexão e apoiar profissionais e gestores no desenvolvimento de práticas mais qualificadas e participativas nas mais diversas localidades deste país tão diverso de dimensão continental.

Que as práticas no SUAS sejam sempre combativas aos processos de isolamento, de exclusão e de discriminação e sejam sempre pautadas pela conduta ética, pela perspectiva da inclusão, da participação social e da promoção do acesso a direitos de cidadania da população brasileira!

Boa Leitura!



1 SEGURANÇA DE CONVÍVIO NA PROTEÇÃO SOCIAL

[...] hoje se vê que o movimento se define cada vez menos a partir de um ponto de alavanca. [...] O fundamental é como se fazer aceitar pelo movimento de uma grande vaga, de uma coluna de ar ascendente, “chegar entre” em vez de ser origem de um esforço.

Gilles Deleuze

Este texto pretende configurar uma concepção de convivência e fortalecimento de vínculos que possa ser fonte de diálogo para as diversas ações no campo da proteção social de assistência social e orientadora para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Para tanto, o leitor é convidado a fazer um pequeno recuo e retomar a compreensão afirmada na Política Nacional de Assistência Social: “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco” (PNAS, 2004, p. 32). Sendo assim, abre-se uma questão para a atuação profissional e de gestão: quais as situações de risco, perigo, incertezas que precisam ser prevenidas, impedidas de acontecer? Ou seja, quais situações precisam ser antecipadas em suas consequências negativas, exigindo que os envolvidos possam preparar-se para enfrentá-las?

Ao tratar da concepção de convivência, o conteúdo deste texto pretende contribuir para uma definição mais clara dessas situações, tomando por referência o entendimento do que se pôde alcançar coletivamente até o momento. Desse modo, poderá orientar a atuação profissional e de gestão no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, uma vez que a Política Nacional de Assistência Social - PNAS define que se pode prevenir vulnerabilidades e riscos sociais:[...] por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (idem, p.38)

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS RECONHECE QUE A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DESTINA-SE ÀQUELES QUE ESTÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

Tal definição supõe que a gestão da política de assistência social precisa realizar ações que permitam ao usuário apropriar-se, ou pôr em prática, uma capacidade de realização pessoal e social; e também torne mais fortes suas relações no âmbito da família, da vizinhança e das associações coletivas de representação de seus interesses, o que o torna conhecido e (re)conhecido nos seus lugares de vivência, circulação e atuação pública. Assim, a delimitação do público a que se destina a Proteção Social Básica caracteriza dois grupos que estariam em situação de vulnerabilidade social: aqueles que estão em condições precárias ou privados de renda e sem acesso aos serviços públicos (dimensão material da vulnerabilidade) e aqueles cujas características sociais e culturais (diferenças) são desvalorizadas ou discriminadas negativamente (dimensão relacional da vulnerabilidade).

A Política Nacional de Assistência Social assim configura o público a quem se destina a Proteção Social Básica:

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004, p. 33).

No Sistema Único de Assistência Social – SUAS –, a Proteção Social Básica opera garantindo seguranças de convívio, acolhida e sobrevivência, ou seja, evitando, prevenindo riscos sociais, perigos e incertezas para grupos vulneráveis, tanto do ponto de vista material quanto do ponto de vista relacional.

O conteúdo desenvolvido neste texto tem como foco a segurança de convívio:

A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio (...) supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. (...) A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio. (PNAS, 2004, p. 26).

A dimensão relacional posta no direito ao convívio é assegurada ao longo do ciclo de vida por meio de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e à acolhida em famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos (idem, p. 30).

Há, portanto, um elemento inovador na proteção social de assistência social trazido pelo reconhecimento de situações de desproteção social, cujo impacto é maior entre pessoas ou grupos familiares que apresentam características socialmente desvalorizadas e discriminadas de forma negativa (deficiência, etnia, religião, orientação sexual, situação civil, etc.), agravadas por condições precárias de vida, pela privação de renda ou de acesso aos serviços públicos. Portanto, eliminar/ minimizar situações de privação material e discriminação negativa requer serviços continuados, capazes de desenvolver potencialidades e assegurar aquisições, além de fortalecer vínculos familiares e vínculos sociais mais amplos, necessários ao exercício de cidadania. Tais serviços são concretizados por uma rede de atores públicos (integrantes da rede socioassistencial) que materializam ofertas socioeducativas, lúdicas e socioculturais, que atendam as diferentes necessidades de convivência próprias a cada momento do ciclo de vida. Assim, recorta-se a especificidade da proteção social de assistência social no que diz respeito à sua responsabilidade em relação a: 1) compreender os processos sociais e os mecanismos institucionais que produzem riscos sociais que tornam cidadãos e suas famílias desprotegidos; e 2) assegurar serviços que garantam convivência e fortalecimento de vínculos. Desse modo, explicita-se que a assistência social está no campo societário e, como tal, são os riscos sociais, advindos dos processos de convívio, de insustentabilidade de vínculos sociais que se

colocam entre suas responsabilidades. Em outras palavras, sempre que as precariedades do lugar e da situação vivida afetar pessoas, famílias ou grupos sociais produzindo sofrimento ético-político¹, caberá uma ação da política no sentido de possibilitar que a situação seja enfrentada num campo de responsabilidade pública e coletiva, porque estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros que impeçam que alguma agressão/precarização/privação venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição (SPOSATI, 2007, p. 42).

¹ Sofrimento ético-político é a denominação que os estudos da Dra. Bader Sawaia atribuem aquele provocado pelo reconhecimento negativo/desvalorizado que se faz de uma pessoa, ou seja, as diferenças são vividas como desigualdades.

2 HERANÇAS E LEGADOS

A arte de viver é simplesmente a arte de conviver... simplesmente, disse eu? Mas como é difícil!

Mário Quintana

O compromisso assumido no combate a situações que tornam as pessoas e grupos sociais mais vulneráveis do ponto de vista relacional é uma importante inovação no campo da Assistência Social, sobretudo numa perspectiva antecipatória ao agravamento de tais situações.

Para compreender esse traço inovador, é necessário reconhecer uma tradição no trabalho social com famílias, em que predominaram palestras “educativas” de orientação, associadas a atividades manuais com vistas à produção de mercadorias² que, uma vez comercializadas, poderiam gerar renda³ às famílias. Assim, o trabalho social assumia mais uma característica de integração social, tanto pela via do disciplinamento de comportamentos quanto pela frágil e precária inserção no mundo produtivo. Conhecida como uma matriz de “polícia das famílias”, tal concepção, herdada pela política de assistência social das práticas tutelares e de benemerência, expressam uma educação enquadradora e controladora, que buscava inculcar nas classes trabalhadoras os valores e modos de vida das elites. Um exemplo ilustrativo dessas práticas foram os grupos de mães:

Os grupos de mães – intensamente desenvolvidos no trabalho das entidades sociais – constituíam-se sob essa ótica do ensinar a ‘ser mãe’, habilitar no tricô e no crochê como forma de sobrevivência e emancipação, exigir presença, por-

² Essas atividades podem ser utilizadas como uma estratégia do trabalho social para o fortalecimento de vínculos e da convivência.

³ Esta não é a função da assistência social. As ações de geração de renda para as famílias devem ser encaminhadas a outras políticas públicas, associativismo, etc.

que ali se encontrava a possibilidade de superação da situação de exclusão e pobreza experimentadas (MDS, 2009, p. 42).

E no caso de crianças, adolescentes e idosos, esse trabalho era caracterizado pela oferta de atividades culturais, esportivas e recreativas desconectadas e desarticuladas, justificadas como necessidade de “ocupação do tempo”.

Para além dessa tradição, identifica-se mais recentemente a oferta de benefícios, frequentemente desarticulados em relação aos serviços socioassistenciais. Mostra-se, portanto, uma política que possui pouca tradição em ações preventivas e antecipatórias a situações de risco social que produzem vulnerabilidades. Confronta-se a perspectiva de alargar essa concepção com uma tendência a entender a proteção social como algo que possa ser comprada no mercado, o que, por consequência, restringe as desproteções a ter ou não poder de compra, renda. Essa tendência conformou uma imagem externa da política de assistência social quase que sinônimo de transferência financeira (Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, dentre outros). Tal imagem está presente entre a população, nos meios de comunicação, em alguns centros de pesquisa e até mesmo na concepção de alguns profissionais da área.

**GRUPOS
FAMILIARES QUE
APRESENTAM
CARACTERÍSTICAS
SOCIALMENTE
DESVALORIZADAS
E DISCRIMINADAS
DE FORMA
NEGATIVA SÃO
AGRAVADAS
POR CONDIÇÕES
PRECÁRIAS
DE VIDA.**

Daí a importância de se destacar o caráter inovador da Proteção Social Básica no âmbito da Assistência Social. Essa perspectiva de proteção social

[...] exige forte mudança na organização das atenções, pois implica em superar a concepção de que se atua nas situações só depois de instaladas, isto é, depois que ocorre uma “desproteção”. O termo “desproteção” destaca o usual sentido de ações emergenciais, historicamente atribuído e operado no campo da assistência social. A proteção exige que se desenvolvam ações preventivas (SPOSATI, 2009, p. 21).

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), a Assistência Social é uma política de proteção social e

[...] deve garantir três tipos de segurança: i) segurança de sobrevivência; ii) segurança de acolhida; e iii) segurança de convívio. A segurança de sobrevivência refere-se à garantia de uma renda monetária mínima que assegure a sobrevivência de populações que encontrem limitações de rendimento ou de autonomia. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados e famílias numerosas ou sem garantia de condições básicas de vida. A segurança de acolhida diz respeito à garantia de provisões básicas, em especial aquelas que se referem aos direitos de alimentação, vestuário e abrigo. Alguns indivíduos, em razão de idade, deficiência, situações de violência familiar ou social, abandono, alcoolismo, entre outras situações, podem demandar acolhida. A terceira segurança está relacionada à vivência ou ao convívio familiar (IPEA, 2005, p. 32, grifo nosso).

A discussão sobre as provisões de renda e acolhida foram mais facilmente compreendidas pelos profissionais, gestores, usuários e especialistas. Na segurança de sobrevivência, é assegurado meio de sustento aos idosos e pessoas com deficiência na política de assistência social, por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e às pessoas e famílias em situação de emergência e vítimas de calamidade por meio dos benefícios eventuais. Na segurança de acolhida, são assegurados equipamentos destinados ao abrigamento de famílias e/ou indivíduos que tiveram os seus vínculos rompidos. Por outro lado, a segurança de convivência tem tido maior dificuldade de entendimento e apropriação por se tratar de um conteúdo novo no escopo da proteção social de assistência social. As formulações existentes nos documentos normativos e de orientação técnica ainda não foram totalmente compreendidas e incorporadas nas intervenções dos agentes do SUAS e exigem inclusive maior diálogo para explicitação coletiva sobre a direção que se quer assegurar. Em outras palavras, o que antes parecia consenso, hoje são questões cujo entendimento não foi plenamente partilhado.

Cabe ressaltar que a segurança de convívio é direito reconhecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso e, mais recentemente, na Lei nº 12.435/2011, que atualizou a redação da LOAS - Lei nº 8.742/1993 -, à luz das regulamentações do SUAS. Essa garan-

**O CARÁTER
INOVADOR
DA PROTEÇÃO
SOCIAL BÁSICA
NO ÂMBITO DA
ASSISTÊNCIA
SOCIAL.**

tia legal tem uma relevância histórica singular, visto que reforça a perspectiva de não institucionalização. Indica a superação, ainda que de natureza normativa, da concepção de confinamento e isolamento como resposta às situações de “anormalidade” referidas à pobreza de famílias e indivíduos (crianças e adolescentes abandonados, autores de ato infracional, idosos, pessoas com deficiência, doentes físicos e mentais), muito frequente como a face mais autoritária da “polícia de famílias” no Brasil.

Ressalte-se, ainda, que a declaração do direito, especialmente no âmbito do direito social, é insuficiente para assegurar sua efetividade, pois isso exige medidas que garantam a vivência do direito.

A luta por direitos está longe de se ter esgotado ou de ter encontrado um ritmo regular. Paralelamente à reiteração jurídico-formal dos direitos, continuam a se multiplicar as situações de desrespeito, preconceito, exclusão e indiferença, assim como continuam a se prolongar as situações de marginalidade desproteção e arbítrio (NOGUEIRA, 2005, p. 3).

Por isso, é necessário aprofundar o debate para além da discussão sobre a não institucionalização, uma vez que as respostas a serem providas pela segurança de convívio se estendem em diferentes âmbitos: nos territórios vividos, no interior das famílias, nos serviços públicos, enfim, em distintos lugares em que as relações sociais se fortalecem ou se fragilizam. Nesses diferentes espaços, que Dirce Koga (KOGA, 2012) denominou como territórios vividos, é necessário conhecer as diferentes formas de vivência que lá ocorrem. Ao ampliar o foco, trazendo a perspectiva do território, é possível observar como as relações se dão e como se expressam, pois, por vezes, trata-se de convivências que desprotegem e tornam as pessoas mais vulneráveis.

Há convergências nas reflexões de especialistas consul-

tados⁴ para esta produção, especialmente ao considerar a pertinência da discussão sobre convivência e fortalecimento de vínculos e a oportunidade de fazê-la, visto o momento de consolidação do sistema.

Um dos pontos identificados como relevante é a necessidade de deslocamento do entendimento do trabalho social do campo temático para o campo conceitual-metodológico. Os conceitos servem para entender o trabalho, e também para fazer funcionar a ação.

Nesse sentido, compõem a abordagem e a atitude institucional. Fala-se, portanto, de um deslocamento de práticas que passam de:

- Uma situação em que o trabalho social se caracteriza pela definição de tema comum a todos os usuários (esporte, cultura, lazer, artesanato, reciclagem) com abordagem e estilo pessoal (de quem faz) orientado por processos de formação, focado no desempenho individual.

Para uma situação em que:

- O tema é identificado no contexto com o usuário, a abordagem tem uma referência teórico-metodológica e o estilo é orientado por uma ética definida no campo de responsabilidade da produção coletiva de uma equipe. A finalidade é o engajamento do usuário na gestão dos serviços como experiência de construção conjunta. Práticas democráticas, participativas e inclusivas potencializam esta premissa, além de induzir práticas interdisciplinares na execução dos serviços.

**A PROTEÇÃO
SOCIAL BÁSICA
NO ÂMBITO DA
ASSISTÊNCIA
SOCIAL AFIRMA
UMA INOVAÇÃO.**

⁴ Foram entrevistadas para essa produção: Aldaíza Sposati, Ana Lígia Gomes, Carla Bronzo, Denise Collin, Dirce Koga, Lúcia Helena Nilson, Márcia Lopes, Rosemary Ferreira, Simone Albuquerque, Stela Ferreira, e Tarcísia de Gois Vieira.

A dimensão de autonomia dos sujeitos aqui é entendida como uma capacidade de lidar com sua rede de dependências, de eleger objetivos e crenças, atribuir-lhes valor com discernimento e colocá-los em prática com a participação e apoio de outros. Assim, autonomia é sempre uma dimensão relativa e depende do acesso dos sujeitos à informação, de sua capacidade de utilizar esse conhecimento em exercício crítico de interpretação. Dito de outra forma, autonomia pode ser expressa pela maior capacidade dos sujeitos de compreenderem e agirem sobre si mesmos e sobre o contexto, conforme objetivos democraticamente estabelecidos (CAMPOS; CAMPOS, 2006, p. 670).

Assim, o legado do trabalho social é a experiência da produção coletiva – sinônimo de autonomia interdependente. É nesse ambiente que a discussão e formulação de uma concepção de convivência e fortalecimento de vínculos se anuncia e ganha sentido de pertinência, indicando desafios no atual momento de consolidação do SUAS. Esse desafio, por sua vez, contribui com a sedimentação do entendimento de que lidar com vulnerabilidades do campo relacional é uma responsabilidade pública, que ainda enfrenta tensões com a mediação do favor e da benemerência (do primeiro damismo), que historicamente lhe antecederam.

A perspectiva de proteção que pretende minimizar ou eliminar as situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas pessoas, famílias e grupos sociais traz a centralidade da proteção e desenvolvimento da vida humana. Essa afirmação, sem dúvida, é divergente das teorias de mercado que avaliam toda e qualquer forma de proteção como incentivo à acomodação, à dependência, num suposto de que o mero acesso à renda é sinônimo de autonomia ou que automaticamente institui uma condição de igualdade diante do mercado. Esse entendimento indica a distância que esta concepção quer configurar em relação a uma posição conservadora. Nas palavras de Sposati:

Sob o entendimento da hegemonia econômica neoliberal, os programas sociais são geridos pelo princípio da alta rotatividade, deslocando-se para o indivíduo a responsabilidade em superar riscos sociais. Sob este princípio, não são geradas garantias sociais, mas “permanências” de acesso como se fossem “vistos temporários” para o mundo da proteção social. Quando não temporários, a condição

da garantia social é tão rebaixada em seu alcance e padrão de qualidade que não consegue afiançar autonomia ou segurança aos cidadãos que são seus usuários (SPOSATI, 2002, p. 3).

Por outro lado, indica a proximidade com o reconhecimento do outro como sujeito de direitos, capaz de manifestar interesse e participar de decisões e suas consequências para a intervenção da política. Reconhecer a demanda de proteção, da pessoa reconhecida como sujeito de direito, implica um movimento complexo, construído em longos anos de história, pelo qual situações antes pouco visíveis passam a ocupar um lugar na cena pública e a exigir respostas coletivas.

A convocação do direito à proteção social como condição de cidadania é central na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), segundo a qual a proteção social não contributiva implica na oferta de um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios capazes de prover meios e situações a partir de uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também tem possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças, até mesmo como desejos, que podem encaminhar para a superação da situação corrente (PNAS, 2004, p. 45). As consequências desta afirmação – para além da sua força declaratória – exigem o uso de categorias analíticas próprias ao seu caráter público, o que incide num ponto nevrálgico da sociedade brasileira, a saber, a possibilidade de igualdade afirmada pela lógica dos direitos:

No horizonte da cidadania, a questão social se redefine e o “pobre”, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que a pobreza e a cidadania são categorias antinômicas. Radicalizando o argumento, diria que, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de denegação de direitos. É uma outra figuração da questão social, que põe em

**A POLÍTICA
NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA
SOCIAL E
SUAS NORMAS
OPERACIONAIS
ORIENTAM UM
DESLOCAMENTO
DE PARADIGMA
EM RELAÇÃO À
TRADIÇÃO DO
TRABALHO SOCIAL.**

cena a ordem das causalidades identificáveis e que armam, ao menos virtualmente, arenas distintas de representação e reivindicação, de interlocução pública e negociação entre atores sociais e entre a sociedade e Estado (TELLES, 2001, p. 51).

Telles (2003) entende que o reconhecimento do direito reposiciona as relações na sociedade. A pesquisadora Stela Ferreira (2012) explicita este impacto no trabalho social, considerando que a cultura da dádiva e da atenção como um favor produz o imobilismo do outro, visto que ao que é dado não cabe reclamação. No entanto, quando publicamente se reconhece um direito, há um reposicionamento nas relações e na atenção àquela dada questão, que agora adquire outra visibilidade. Ressalta que o direito se expressa por meio da prática cotidiana dos profissionais, pois o discurso do direito ganha concretude nessa atenção. Logo, é a alteração das práticas que consolida os direitos em sua garantia e exigibilidade.

Esse reposicionamento estabelece medidas de igualdade entre os trabalhadores e a população, pois é necessário que os trabalhadores reconheçam que estão a serviço do direito do outro e que os conhecimentos que dispõem não são hierarquicamente mais importantes que os conhecimentos de vida trazidos pelos usuários. Assim, há uma medida de igualdade entre esses saberes, portanto, o discurso do usuário é tão legítimo quanto o do profissional.

[...] Aí está também o lado mais importante dos direitos, quando vistos pelo prisma dos “sujeitos falantes” que se apresentam na cena pública. Essa presença desestabiliza consensos estabelecidos e permite alargar o “mundo comum”, fazendo circular na cena pública outras referências, outros valores, outras realidades, que antes ficavam ocultados ou então eram considerados irrelevantes e desimportantes para a vida em sociedade (TELLES, 2003, p. 69).

3 CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Uns quinhentos anos antes da era cristã aconteceu, na Magna Grécia, a melhor coisa registrada na história universal: a descoberta do diálogo. Alguns gregos contraíram, nunca saberemos como, o singular costume de conversar... Duvidaram, persuadiram, discordaram, mudaram de opinião, adiaram... Sem esses poucos gregos conversadores, a cultura ocidental é inconcebível.

Jorge Luis Borges

A configuração do tema deste texto parte da premissa de que a orientação das políticas públicas pauta-se no conhecimento acadêmico-científico e, dado o enfoque programático aqui posto, interessa também reconhecer as experiências concretas dos municípios nos quais o SUAS vem se consolidando nos últimos anos. Essas experiências, especialmente de implementação de serviços socioassistenciais, têm procurado efetivar a direção do SUAS, construindo respostas de coletivos de profissionais, e também de gestores, para lidar com os desafios que se põem em realidades tão diversas como há no Brasil. Por isso, combina-se aqui um conjunto de elementos, tanto de formulações teóricas quanto de estudos empíricos.

Como ponto de partida propõe-se o entendimento de convivência e vínculos como um atributo da condição humana e da vida moderna, que se dá entre sujeitos de direito que se constituem à medida que se relacionam. Essa é uma questão que mereceu estudos em várias áreas do conhecimento, como antropologia, sociologia, serviço social, filosofia e psicologia⁵.

⁵ Pode-se indicar que a ampla bibliografia pesquisada para esta consultoria seja sempre referida aos documentos que acompanham a publicação deste produto.

CONVIVÊNCIA, VÍNCULO E PODER: EXPERIMENTAR A IGUALDADE

Tomando a produção de Vigostsky⁶ como uma referência, pode-se afirmar que entender o mundo e atuar sobre ele é possível somente por meio de relações sociais. Ou seja, o sujeito se constitui na relação com o outro e passa a dispor, por meio dessa relação, das conexões estabelecidas por outras pessoas, tendo-as também como referência e contribuição para o coletivo. Assim, são relevantes as formas de intervenção que promovem encontros que afetam as pessoas, mobilizando-as e provocando transformações. No mesmo sentido, é importante destacar a relevância do contexto histórico nessa construção, pois as condições objetivas da vida interferem diretamente na forma como as pessoas se constituirão como sujeitos sociais, ou seja, nas escolhas que farão ao produzir e reproduzir a vida social.

O COMBATE ÀS
DESIGUALDADES E
A PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO SÃO
AÇÕES QUE
CONFIGURAM A
DEFESA DA VIDA
NA DIMENSÃO
SOCIAL E ÉTICA.

Nessa perspectiva, o educador Paulo Freire agregou o entendimento de que é no processo coletivo, em mutualidade, que se aprendem diferentes saberes igualmente importantes. Fazendo uma transposição do campo educativo para o trabalho social, a contribuição de Paulo Freire permite sustentar a possibilidade de reconhecer o mesmo valor para os conhecimentos acadêmicos e para a experiência vivida, quando ambos são colocados diante da finalidade do aprendizado e da proteção do cidadão. Desse modo, é preciso reconhecer que, nas relações educativas e de proteção social, usuários e profissionais são sujeitos de conhecimentos e de direitos.

⁶ Esse grande teórico (1896-1934) é um crítico de arte e advogado que, insatisfeito com as teorias formalistas e sociológicas, buscou a Psicologia para compreender a criatividade artística e sua permanência na história da humanidade, apesar das poderosas determinações sociais bloqueadoras. Encontra uma Psicologia em crise, que não lhe fornece respostas, afogada em falsos confrontos entre teorias que reduzem a questão psicológica a apenas uma das dimensões que a constitui – o inconsciente, a consciência, o comportamento ou a cognição –, como se o homem de cada uma dessas teorias fosse diferente daquele estudado pelas demais. Inconformado, vai buscar na dialética de Marx e na filosofia monista de Espinosa orientação para esses antagonismos retalhadores do homem (SAWAIA, 2009, p. 365).

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. [...] A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu (FREIRE, 2002, p. 41).

“Assumir-se” tem a força de mobilizar atributos para a construção coletiva de identidades próprias e singularidades. Pressupõe o reconhecimento da capacidade e do direito do outro de fazer escolhas. Ser capaz de fazer escolhas pessoais, políticas, afetivas requer um campo relacional protegido, que confirme as pessoas no leme de sua própria vida, pessoas que pensam, desejam e projetam horizontes para si e para aqueles que estão próximos. Em síntese, pode-se dizer que este é um traço eminentemente político da convivência: poder experimentar uma condição de igualdade para poder projetar com o outro mudanças para si e para a coletividade.

CONVIVÊNCIA, VÍNCULO E AFETO: EXPERIMENTAR A SENSIBILIDADE E A CRIATIVIDADE

Até aqui se delineou uma convivência entre sujeitos de direitos que se constituem à medida que se relacionam, capazes de escolha e de autonomia e de aprenderem entre si. Nesse percurso de entendimento, outros elementos a serem destacados são: estes sujeitos se constituem na diferença e são capazes de afetarem-se mutuamente.

A capacidade de afetar e ser afetado pode ser dita, analogamente, como poder deixar marcas no outro e ter marcas do outro em si. Trata-se de uma formulação da filosofia de Espinosa, apropriada pela psicologia social na produção

**AS
VULNERABILIDADES
RELACIONAIS
PODEM SER
DE DIVERSAS
NATUREZAS. SÃO
DESCRITAS COMO
VULNERABILIDADES
POR REDUZIREM
CAPACIDADES
HUMANAS E
COLOCAREM
OS SUJEITOS NA
CONDIÇÃO DE
DEMANDANTES DE
PROTEÇÃO SOCIAL.**

da pesquisadora Bader Sawaia (2003, 2004, 2009). Afetar e ser afetado são efeitos inerentes aos encontros entre as pessoas. Esses encontros podem favorecer a expansão da vida, o sentimento de valorização, estimular a ação para mudanças; ou podem gerar subordinação, desqualificação, redução de vida, desumanização. Assim, sentimento e capacidade para agir são, nessa matriz de pensamento, inseparáveis. Poder-se-ia dizer que sentimentos de valorização e de potência estão para fortalecimento de vínculos, assim como os sentimentos de subordinação e impotência estão para o isolamento social e fragilização de vínculos.

Nos encontros que expandem e fortalecem as pessoas, estabelecem-se “paixões alegres”, que ampliam a potência de agir, fortalecendo a vontade de estar com os outros, de compartilhar e de se afirmar como pessoa. Mas, se os encontros desvalorizam e reduzem a vitalidade nas pessoas, estabelecem-se “paixões tristes”, que imobilizam, deprimem ou geram revoltas. Assim, as emoções não estão dadas, não são passivas, não estão pré-definidas pela característica pessoal, elas são produzidas nos encontros e são força motriz das ações.

Esses estudos reposicionam a questão das emoções tanto nos estudos acadêmicos quanto na orientação programática de políticas sociais, visto que estabelece outros nexos entre ação e razão, bem como buscam superar os modismos nos quais a emoção é entendida como uma força interior que a partir do auto-esforço, da autoajuda o indivíduo modifica ou supera. Há uma supervalorização do prefixo “auto”, que no limite torna-se uma ação disciplinadora e que responsabiliza o indivíduo e o convoca a ser feliz, bem humorado e conformado (SAWAIA, 2003).

Essa compreensão convoca um ponto de vista que reconhece que as emoções são desencadeadas a partir da forma de tratamento recebido, do modo como se é visto pelos demais, do modo como se é acolhido e ouvido ou do estatuto que se dá à fala de um sujeito e às decisões que ele toma. Dessa forma, os modos de convivência afetam as pessoas e fazem um efeito na razão e no entendimento que elas têm de si e do mundo em que vivem, podendo mobilizá-las ou não para enfrentar as condições de existência. Investir nos encontros que geram afetos que potencializam a ação é contrapor-se, no plano da convivência, às relações sociais cristalizadas que geram dependência, subordinação ou submissão.

Soa óbvio mencionar a importância de se perguntar como a própria família define seus problemas, suas necessidades, seus anseios e quais são os recursos de que ela mesma dispõe. Menos óbvio é pensar como ouvimos suas respostas e o estatuto que atribuímos ao que se diz (SARTI, 2010, p. 34).

No entanto, os encontros também geram “paixões tristes”, que despotencializam a ação. As diferenças entre os sujeitos são elementos que compõem a convivência geradora de submissão e subordinação. Num encontro em que um jovem:

- não é aceito para uma vaga de trabalho porque mora na periferia;
- é apelidado na escola como “o LA” porque cometeu um ato infracional;
- é abordado pela polícia por ser negro e estar caminhando muito rápido;
- não é aceito em um grupo por ser homossexual;
- não pode acompanhar a família num lugar público só existem escadas porque usa uma cadeira de rodas;
- é barrado na entrada de um shopping porque suas roupas estão puídas.

Essas vivências produzem emoções tristes, constrangimentos, sofrimento e reduzem a capacidade de agir desse jovem. Assim, eles aprendem a se “embotar” em convivências discriminadoras, que reduzem sua capacidade de expandir a vida e formular projetos pessoais e coletivos.

[...] é preciso realizar pesquisas com aqueles que estão sendo instituídos sujeitos desqualificado socialmente (deixando-se ser ou resistindo), isto é com aqueles que estão incluídos socialmente pela exclusão dos direitos humanos, para ouvir e compreender os seus brados de sofrimento. [...] Não basta definir as emoções que as pessoas sentem, é preciso conhecer o motivo que as originaram e as direcionaram, para conhecer a implicação do sujeito com a situação que os emociona (SAWAIA, 2004, p. 109-110).

Destaca-se, dessa forma, a importância das emoções/afetos na atividade humana, permitindo que seja considerada uma ferramenta no trabalho das políticas sociais, pois a necessidade de reconhecimento e de expansão da vida manifesta na felicidade e na liberdade são tão relevantes e concretas quanto a sobrevivência física e material.

Para que situações de conflitos sejam modificadas, não é suficiente pensar sobre elas, pois isso não altera as emoções. Somente quando se entra em contato com o que há de mais singular da vida social e coletiva (os afetos) é que se promove uma transformação social. Estudar a afetividade se justifica porque ela revela como o sujeito é afetado nas relações sociais e se isso aumenta ou diminui sua potência de agir (ZOZZOLI, 2011, p. 3).

Vale lembrar que, nessa perspectiva, as emoções/afetos não são propriedades ou características individuais, mas decorrentes das relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas num dado momento histórico, conforme já se afirmou anteriormente.

**VIVÊNCIAS
EM QUE AS
DIFERENÇAS SÃO
VIVIDAS COMO
DESIGUALDADES
PRODUZEM
SOFRIMENTO
ÉTICO-POLÍTICO.**

No entanto, numa perspectiva de incluir um entendimento alargado do conceito de vínculo para que seja possível precisar o que se quer fortalecer, vale considerar o que a psicologia com referência psicanalítica e seus estudiosos têm a dizer sobre os vínculos. Os teóricos, Melanie Klein, Bowlby e Winnicott, estudaram o processo de vinculação (relação de objeto) entre o recém-nascido e a mãe (adulto que realiza os cuidados e a amamentação). Esses estudos mostram que a precocidade e intensidade desta comunicação corporal, não só alimentar, da criança com a mãe é uma primeira expressão da capacidade de se relacionar e vincular (OLIVEIRA, 2000, p. 159). Assim, o comportamento de vinculação [é entendido] como qualquer ação de um indivíduo para procurar ou manter a proximidade para com um outro percebido como mais capaz de lidar com as situações em geral (idem, p. 158). Esse entendimento chama a atenção para o fato de que o processo de vinculação tem início nos primeiros dias de vida, como já dito anteriormente, e agrega a perspectiva de ser uma produção transgeracional e imanente à produção de sujeitos.

Retomando as contribuições da psicologia social, a produção de Pichon-Riviere e Moreno podem colaborar para ampliar o entendimento de alguns aspectos.

Na produção de Pichon-Riviere, destaca-se a compreensão de que vínculo é uma estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto e sua mútua inter-relação com processos de comunicação e aprendizagem (PICHON-RIVIERE, 2007). Parte do que ele denomina estrutura complexa diz respeito aos conceitos já tratados neste texto e parte refere-se a uma dimensão psíquica/interna que informa que os modos de se vincular, de se ligar a um objeto (outra pessoa) podem sofrer cristalizações, fazendo com que o sujeito repita um jeito de se relacionar, quase que independente dos outros que participam do jogo relacional. Estas cristalizações foram construídas em relações difíceis de serem vividas, muito provavelmente, na primeira infância. De qualquer modo, a relevância reside em reconhecer que na convivência se constituem ligações/vínculos entre as pessoas e que essas vivências determinam modos de se relacionar e também que algo da natureza do intangível se passa nestes momentos, que não se pode controlar, mas que incide na aprendizagem dos sujeitos que participam desse encontro. Portanto, as cristalizações também podem ser desarticuladas nas situações de convivência, resultando no estabelecimento de vínculos mais flexíveis. Não apenas repetição, mas também criação de novos modos de agir e de se relacionar. Poderia aqui acentuar a dimensão estética, da ordem do sensível e do criativo.

Já a produção de Moreno⁷ permite compreender que vínculo é o resultado das relações e que a vivência humana está marcada por papéis, desde o nascimento e ao longo de toda a vida do indivíduo, enquanto experiência pessoal e modalidade de participação social.

Papel é a forma de funcionamento que assume um indivíduo, no momento em que reage frente a uma situação também específica na qual estão envolvidos outras pessoas e outros objetos. Logo, podemos dizer que é o que determina o sentido da ação. Pode-se definir papel como uma unidade de experiência sintética na qual se fundiram elementos privados, sociais e culturais (MORENO, 1984, p. 11).

⁷ Jacob Levy Moreno (1889-1974) psiquiatra judaico romeno, conhecido como o pai do Teatro Espontâneo, Psicoterapia de Grupo, Psicodrama e Sociodrama e Sociometria. O Psicodrama nasceu do teatro e dele retirou os principais conceitos que o fundamentam prática e teoricamente. Um dos conceitos centrais do arcabouço teórico construído por Moreno é o conceito de papel, por ser trata de como se dão os relacionamentos.

**O FORTALECIMENTO
DE VÍNCULOS É
TOMADO COMO
FINALIDADE DO
TRABALHO SOCIAL
COM INDICADORES
DE RESULTADO.**

O conceito de papel, que pressupõe interrelação e ação, é central para a teoria psicodramática. Neste escopo, afirma-se que no começo existia o grupo, no fim, existia o indivíduo (MORENO, 1983, p. 21-22). Ou seja, o eu emerge dos papéis; antes mesmo de ter a noção de eu, da personalidade, ou de construir a linguagem falada, a criança desempenha papéis. Dessa forma, não há possibilidade de exercer o papel de pais sem filhos, com o nascimento de uma criança começam a nascer, simultaneamente, e pai e filho(a) ou mãe e filho(a). A família de origem determina certos papéis, e o que o bebê faz modifica estes papéis. A entrada de novos relacionamentos oferece a oportunidade de desenvolver outros. O movimento de cada um em seus relacionamentos, suas escolhas desenvolve novos papéis e desenvolve este sujeito pelo exercício de seus papéis sociais. Neste processo elegemos novas relações que passam a fazer parte de nosso átomo social, alterando a estrutura anterior. A ação, a capacidade de agir, é composta dos papéis e dos vínculos estabelecidos por meio das complementações dos papéis.

O repertório sociocultural de um grupo familiar/comunitário tem particularidades por ter sido produzido por meio de co-ação, co-vivência e co-experiência, desde o momento de nascimento de cada membro. Essa configuração dá a possibilidade de cada um desenvolver papéis determinados pela cultura na qual será inserido.

É possível compreender que os sujeitos se constituem nas relações e lhes é apresentada uma pauta social de expectativas e que no exercício mesmo destes papéis cada um pode transformar estes papéis e imprimir mudanças no repertório sociocultural de um grupo. Nas palavras de Moreno (1992, p. 148), para fazer frente às várias situações traumáticas da vida e do nosso dia a dia, quanto mais pudermos dar respostas novas a situações antigas, mais saudáveis e criativos seremos.

Considerando as formulações dos dois autores, Pichon-Riviere e Moreno, configura-se um entendimento de que o campo relacional traz consigo uma determinada potência que em decorrência de vivências traumáticas pode ser aprisionado, ou melhor, não efetivar-se em ações, permanecer em cristalizações. No entanto, a possibilidade de pôr em funcionamento essa potência é experimentando relacionar-se de forma criativa, agindo nas relações e por causa delas.

A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade auto-enriquecedora de maneira contínua na sua relação com o mundo. [...] Para apreender os recursos íntimos desta produção - estas rupturas de sentido autofundadoras de existência - a poesia, hoje, tem talvez mais a nos ensinar que as ciências econômicas e as ciências humanas juntas (GUATTARI, 1990, p.17).

CONVIVÊNCIA, VÍNCULO E ÉTICA: EXPERIMENTAR A SOLIDARIEDADE

Promover bons encontros, que fortaleçam a potência de agir pode impulsionar a ação para enfrentar situações conflituosas, alterar condições de subordinação, estabelecer diálogos, desejar e atuar por um mundo mais digno e mais justo. Enfim, promover mudanças em que haja corresponsabilidade entre a ação das políticas sociais e os sujeitos usuários.

Esta corresponsabilidade, que valoriza e investe na potência de agir está implicada com o ponto de vista coletivo, que demanda participação, aqui entendida como sinônimo de tomada de decisão (Bobbio, 2000), ou seja, corresponsabilidade com decisão coletiva.

Participar não se restringe a aderir, pressupõe o compartilhar, o pôr-se em movimento, o que exige a motivação para um objetivo. Assim, participação pode ser um qualificativo da convivência, uma visão ampliada que inclui estar, posicionar-se nas decisões que lhe diz respeito (MDS, 2009).

Outra dimensão a ser considerada ao se tratar de participação é o fato de ser um importante instrumento de educação política: ação responsável,

individual, social e política resultante do processo participativo, no sentido de que, quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo (PATEMAN, 1992, p. 38). Essa experiência de participar diz respeito não só à diferenciação entre os interesses privados e públicos, individuais e coletivos, mas também aos efeitos subjetivos, alterando significativamente a inter-relação e compreensão das pessoas quanto às instituições das quais participam (idem, 1992, p. 35).

Inserir a participação como um elemento no debate sobre fortalecimento de vínculos associa-se à ideia de ampliação de relações na perspectiva da vivência da cidadania, pressupõe compreender que a participação exige que condições sejam criadas para favorecê-la e essas condições têm relação com acesso à informação e com formação para participar. Para Muñoz (2004), participação não se improvisa e não se aprende de imediato, requer reconhecer que não se está no lugar do outro, mas que é possível fazer perguntas inteligentes e respeitadas que permitam que o outro expresse suas características, o que e como pensa, o que e como sente e deseja. Para esse autor, participação é sinônimo de compartilhamento de poder com as pessoas e só aquele(a) que participa pode ser e sentir-se cidadão(ã), sentir a cidade como sua, sentir-se orgulhoso/a de viver em “sua” cidade (MUÑOZ, 2004, p. 57).

Na formulação feita por orientadores sociais, a participação constrói reciprocidade, coloca os profissionais na vida cotidiana das famílias:

As mães sempre colocam pra gente que seja serviços públicos, seja polícia, saúde, eles procuram os equipamentos, e aqui o movimento é contrário dos equipamentos, nós procuramos estar junto delas, portanto de alguma forma a gente tá dentro da casa delas, [...] eles entendem que o equipamento público tá lá dentro, por isso esse tanto de mães acaba recorrendo à gente para orientar, dar uma palavra amiga, uma orientação mesmo, do que eles podem fazer, quais são as possibilidades, o que ele pode fazer dentro da comunidade, o que ele pode evitar; Então isso eu entendo como uma aproximação muito grande, tenho dificuldade de identificar qual outro equipamento público que tem essa ação, essa capilaridade (Cristiane – pedagoga – coordenadora técnica - GDF).

Além da educação do cidadão e da garantia de legitimidade das decisões, a participação tem ainda uma terceira função, que é a de conferir às

peças o sentimento de pertencimento àquela instituição da qual participa com poder decisório. Assim, estimular o fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia socioeducativa. Significa experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum.

Os técnicos apontam o valor dos laços afetivos; esta é uma condição para a inclusão dos usuários em dispositivos de decisão:

Para que essa mãe possa contar comigo, eu preciso ter um vínculo afetivo com ela, de proximidade para que ela possa confiar em mim e tenhamos uma relação legal que vá para além do grupo, porque o trabalho não é só o grupo é a família como um todo (Arlete – psicóloga CRAS Alterosa – Prefeitura de Betim).

Nesse sentido, Stela Ferreira (2012), considerando a participação nos serviços socioassistenciais, aponta que, por vezes, participar está restrito a escolher um tema de interesse a ser debatido ou inserido como palestra ou oficina a ser realizada. Há que se considerar o que esse interesse mobiliza nas relações com os outros, nos espaços, nos territórios, na cidade e, ainda, como essa manifestação de interesse compõe os processos de decisão.

Intensifica-se, pela via da participação, a forte sinergia entre o traço político e ético dos vínculos sociais, pois tais manifestações, embora aparentemente menores, podem ser catalizadoras de processos mobilizadores de ações mais amplas, pois rompem fronteiras e limites simbólicos e de poder ao motivar uma ação responsável consigo e com a coletividade. Uma motivação para agir que envolve o interesse, mas também uma dimensão afetiva, expressa no sentimento que motiva a querer conhecer ou alcançar uma dada condição.

Por fim, há uma tensão e disputa para que o objeto de interesse e desejo do cidadão usuário seja incluído nas decisões que orientarão o trabalho social.

Participar supõe modos de se expor, de ver e ser visto, de criticar e ser criticado, ser capaz de argumentar, colocando em circulação diferentes saberes e modos de produção de conhecimento. Tomados em sua igualdade, estes conhecimentos

podem circular sem reafirmar hierarquias, podem ser questionados sem ser desqualificados (MDS, 2009, p. 44).

**CONVIVÊNCIA É
FORMA, VÍNCULO
É RESULTADO.**

Essa conjugação conceitual, que delinea a convivência numa medida que permita traçar seus limites no escopo da Política de Assistência Social, é sintetizada por Sposati (2012) quando sintetiza: convivência é forma e vínculo é resultado. Assim, é possível reconhecer que o conjunto de elementos combinados nesta narrativa também fala da produção de ligações entre sujeitos de direito, capazes de afetar e ser afetados nos encontros, produtores e produzidos pelo contexto em que vivem, capazes de escolha e decisões coletivas pelas quais se corresponsabilizam, que participam e combinam objetivos comuns e, assim, aprendem a participar, sentindo-se pertencentes a um lugar, ou seja, capazes de identificar/reconhecer e afirmar o valor/qualidade dos vínculos constituídos em sua trajetória.



Para compor o entendimento de vínculos, destaca-se a contribuição do sociólogo francês Serge Paugam (2008)⁸, que define uma tipologia de vínculos. Sua produção se faz no debate em torno da crise dos vínculos sociais, que ele associa ao reconhecimento das transformações contemporâneas dos homens e de suas relações.

Ele ressalta que:

[...] a expressão ‘vínculo social’ é atualmente empregada para designar todas as formas de viver em conjunto, a vontade de religar os indivíduos dispersos, a ambição de uma coesão mais profunda da sociedade no seu conjunto (PAUGAM, 2008, p. 4).

Paugam desenvolve uma tipologia de vínculos sociais que se expressam, em síntese, a partir da formulação de que os vínculos caracterizam um movimento que se estabelece em duas direções “contar com”, expressão que traduz o que o indivíduo pode esperar das relações por ele estabelecidas e “contar para” que expressa a expectativa e reconhecimento ao materializar o que as pessoas esperam daquele indivíduo. Assim, afirma:

Os sociólogos sabem que a vida em sociedade coloca todo ser humano desde o nascimento numa relação de interdependência com os outros e que a solidariedade constitui a todos os estados de socialização a base do que se poderia denominar homo sociologicus, o homem ligado aos outros e à sociedade, não somente para assegurar sua proteção face aos males da vida, mas também para satisfazer suas necessidades vitais de reconhecimento, fonte de sua identidade e de sua existência enquanto homem (PAUGAM, 2008, p. 4).

Definem-se quatro tipologias de vínculos, de acordo com modos de filiação:

O primeiro desses vínculos é de filiação/parentesco/ ou a relação pai-filho, dividida em duas formas: 1) a filiação natural, pela qual cada pessoa nasce numa família; e 2) a filiação social, exemplificada na filiação adotiva.

⁸ O Professor Serge Paugam é sociólogo, Diretor de Estudos da École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) e responsável da Equipe de Recherches sur les Inégalités Sociales (ERIS) do Centre Maurice Halbwachs, Paris, França. A produção de Paugam é elaborada a partir das leituras de Durkheim, Simmon e Elias.

Nessa relação, segundo psicólogos sociais, existe uma função socializadora e de identidade que contribui para o desenvolvimento infantil e que pode afetar relacionamentos íntimos futuros, conforme dito anteriormente.

Uma segunda tipologia estabelecida é a filiação de natureza eletiva⁹, que está ligada à socialização fora da família na qual o indivíduo tem contato com outras pessoas, grupos e instituições. Ela pode ocorrer em: grupos de amigos, comunidades locais, instituições religiosas, esportivas, culturais, gangues de bairro, etc. Nesse processo, o indivíduo interage e tem também um papel autônomo, pois ele pode construir sua própria rede de pertencimento para além das relações domésticas ou de consanguinidade.

A relação de filiação orgânica, o terceiro tipo de vínculo, está relacionado ao trabalho e à oportunidade de exercer atividade produtiva e de ter a segurança para o futuro com proteção social, que deriva dessa condição de trabalhador.

Por fim, se estabelece o quarto tipo, o vínculo de cidadania, que se expressa no sentimento de pertencimento a uma nação, logo, um membro reconhecido pelo país por meio de direitos e deveres.

Para o autor, essas quatro tipificações apresentadas são complementares e interligadas, elas constituem um tecido social que envolve e implica cada pessoa. A intensidade dos laços varia entre as pessoas e depende do tipo de socialização vivenciada nas diferentes esferas da vida.

Estudos sobre sociabilidade apontam a importância de se considerar as relações e os vínculos estabelecidos entre e pelas pessoas e grupos sociais, pois eles informam suas condições de vida em sentido multidimensional. Afirmam que os processos de sociabilidade se estabelecem em diferentes circunstâncias, que são desencadeadas por distintas motivações:

⁹ Ao identificar redes e relações fora da família, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária usa a expressão de TAKASHIMA (2004) - “rede social de apoio”, que é definida da seguinte forma: “a família recebe apoio em situações de crise, como morte, incêndio ou doenças; práticas informais organizadas: a comunidade compartilha com os pais ou responsáveis a função de cuidado com a criança e com o adolescente, bem como denuncia situações de violação de direitos, dentre outras; e práticas formalmente organizadas: a comunidade organiza projetos e cooperativas para a geração de emprego e renda, por exemplo” (MDS, 2006, p.32).

Na produção [de processos de sociabilidade], combinam-se estratégias norteadas por várias racionalidades, acaso, decisões de outros indivíduos e constrangimentos relacionais provocados por processos mais amplos como a migração, a mudança de endereço, a frequência a certos locais e determinadas práticas, entre outros (MARQUES, 2010, p. 188).

Nesse sentido, o que importa de fato é investigar/compreender como são os padrões de relação das pessoas e de que maneira as redes derivadas dessas relações são mobilizadas por elas e o quanto influenciam suas ações.

Em síntese: “com que” as pessoas contam e “para o que” conta-se com elas - eis uma bússola para mapear relações de proteção ou de ausência de proteção desde a esfera privada (intrafamiliar), passando pela sociabilidade mais ampla (vínculos por escolhas afetivas ou de identidade social), até a esfera de reconhecimento público, que pauta as atenções e serviços públicos (relações de cidadania pautadas em responsabilidades do Estado e direitos do cidadão). Esse quadro desloca a perspectiva de considerar os vínculos de uma pessoa fracos ou fortes em relação a outras pessoas, passa a ser necessário qualificar/caracterizar os vínculos para dimensionar a proteção socioassistencial.

Na mesma direção, a construção de laços afetivos e de referência ou, dito de outra forma, “contar com” pessoas ou serviços para diferentes momentos e situações na vida, é um aspecto muito importante para compreender a convivência familiar e a capacidade protetiva de famílias, logo, trata-se de discutir convívio e convivência no campo da proteção socioassistencial ou proteção social na assistência social. Todavia, discutir essa vivência do “contar com” como instrumento de proteção não é suficiente para discutir uma política de convívio, pois ela é mais do que uma questão de proteção, pois supõe um reconhecimento social e tem um potencial maior para discutir e alargar padrões de civilidade e cidadania (SPOSATI, 2012).

Depreende-se, portanto que esses diferentes autores, ao definirem conceitualmente “vínculos”, estão trabalhando com duas dimensões: apoios que as pessoas contam em situações difíceis e reconhecimento social derivado da representação que essa pessoa tem para seus pares. Essa é uma discussão a ser aprofundada, especialmente a partir das práticas profissio-

nais e dos conhecimentos produzidos, pois os profissionais usam frequentemente a expressão “vínculos fragilizados” sem explicitar seus sentidos e para quais situações esta classificação está sendo utilizada.

Nessa direção, os especialistas entrevistados trazem também contribuições para o debate sobre vínculos (TORRES, 2012). É o caso de Aldaíza Sposati (2012), ao destacar que desconhece gradientes de vínculo que se pautem pela ótica da proteção social. Assim, vínculos fortes ou fracos precisam ser avaliados, tanto nas relações intrafamiliares quanto nas suas redes de apoio, o que significa também considerar o elemento agressor, ou seja, o quanto aquela situação demanda proteção e quais vínculos suportarão enfrentar a agressão.

Para a pesquisadora Carla Bronzo (2012), é necessário fazer uma distinção e analisar com mais cuidado o que é vínculo. Quando se pensa na atuação orientada para vínculos familiares e comunitários, é necessário reconhecer que são coisas diferentes e indicam eixos programáticos distintos. O primeiro pressupõe uma dimensão psicossocial, que pode também incluir uma intervenção terapêutica. Já para os vínculos sociais e comunitários, a metodologia é mais coletiva e menos intrafamiliar. Assim, a conotação e os objetivos do trabalho seriam distintos.

A autora considera, ainda, que é preciso saber o que olhar para saber que efeito se pretende criar e como o trabalho está funcionando. Assim, é necessário identificar as situações de fragilização de vínculos e como são motivadas. Tem a ver com ausência de autoridade, com ausência de afetividade? Em que medida os vínculos estão sendo fortalecidos? Nesse caso, vale a pena padronizar por instrumentais e criar indicadores de fortalecimento de vínculos, definindo que situações precisam ser observadas e permitem afirmar que houve fortalecimento de vínculos.

Na observação das práticas desenvolvidas e nos debates estabelecidos com especialistas e profissionais que atuam diretamente no serviço, uma concepção predominante é aquela que identifica que construir e sustentar vínculos são conteúdo na política de assistência social, pressupõe, portanto, a aproximação de conteúdo e método, pois na medida em que os profis-

sionais, no próprio serviço e por meio da sua intervenção, tornam-se referência e constroem vínculos - do profissional com o sujeito e dele no grupo e do grupo entre si (grupo convivente) – ele também fomenta a ampliação e diversificação dos vínculos e das relações desse sujeito.

Ana Lígia Gomes (2012), ao refletir sobre as particularidades desse trabalho na assistência social, aponta que deve haver uma direção, uma intencionalidade para a construção de vínculo, e esse vínculo é uma tradução de afeto. Entende como uma condição essencial para o desenvolvimento do trabalho o estabelecimento do vínculo com os profissionais e a construção de uma referência, especialmente para crianças e adolescentes. Destaca, ainda que o vínculo a ser estimulado pelo trabalho não se reduz aos profissionais, mas é também dos usuários entre si.

A gente tem várias áreas, mas a gente usa esse meio para chegar num fim, que é o fortalecimento de vínculos. [...] às vezes uma criança dessas, um adolescente tem muito mais liberdade para falar com a gente, que tá convivendo todos os dias, que tá prestando atenção nos mínimos detalhes, do que, de repente, com um professor, com um profissional da saúde, ou mesmo com seu pai, sua mãe, seu irmão. Então, isso eu acho que é importante, fundamental e insubstituível no processo (Cleyton, educador social – meio ambiente - GDF).





4 VULNERABILIDADES

[...] que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica-nem com balanças nem barômetros etc.

Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.

Manoel de Barros

Em primeiro lugar, destaca-se que o enfoque da vulnerabilidade demanda a combinação e o agenciamento entre várias áreas do conhecimento: ciências políticas e sociais (geografia, demografia), passando pela área da saúde (psicologia, medicina), urbanismo, entre outros. Vale lembrar que o desenvolvimento de conceitos apropriados ocorre a partir de noções adotadas de um vocabulário não-científico, às quais são atribuídos significados mais densos, ao mesmo tempo em que se busca sua vinculação a quadros teóricos abrangentes. Vulnerabilidade e risco são conceitos desse tipo (CUNHA, 2004, p. 344).

Não se encontra uma definição que vocalize as diversas áreas do conhecimento, atribuindo um sentido unívoco à vulnerabilidade, apesar de existir um relativo consenso, em termos genéricos, de que ela é o resultado da confluência da exposição aos riscos, da incapacidade de resposta e da inabilidade de adaptação (VIGNOLI, 2002, p. 95). Nessa acepção, a vulnerabilidade pode ser uma condição dos atores frente a acontecimentos adversos de variadas naturezas: ambientais, econômicas, fisiológicas, psicológicas, legais e sociais, ao mesmo tempo em que pode ser uma abordagem para a análise de diferentes tipos de riscos e de respostas, de ofertas de assistência, ocorridas em sua materialização.

Vignoli (2002, p. 96) chama atenção para alguns aspectos que são destacados para informar o determinante da vulnerabilidade social:

- Ciclo de vida (algumas etapas do ciclo de vida são mais vulneráveis);
- Crise econômica e desastres ambientais;
- Incerteza, insegurança e rupturas da complexidade da vida social da modernidade avançada;
- Desproteção em decorrência da erosão do estado e da família;
- Carência pela desatualização ou imobilidade de capital físico, humano e social, associado à incapacidade de influenciar decisões que distribuem recursos;
- Dinamismo das condições de pobreza (os fatores que determinam uma receita pequena e persistente).

A leitura de Marandola (2009) permite acrescentar outros aspectos ligados à vida urbana e sua configuração socioespacial:

- Segregação socioespacial da população de baixa renda (condições precárias da moradia, em termos de infraestrutura, ambiental e de propriedade);
- Capacidade de resposta diante de situações de risco ou constrangimentos gerados pelo local de moradia.

O conceito de vulnerabilidade está sendo discutido e aprimorado por diversos autores latino-americanos. Entre eles, destacam-se: Kaztman (1999, 2000 e 2001); Rodriguez (2000 e 2001); Pizarro (2001) e Bustamante (2000). Em distintas abordagens, vinculam a vulnerabilidade à pobreza, em decorrência da grande quantidade de movimentos de entrada e saída dessa condição; e como componente relevante no complexo de desvantagens sociais e demográficas que se delineiam na “modernidade tardia”. Ou seja, vulnerabilidade é:

[...] a manifestação mais clara da carência de poder que experimentam grupos específicos, mas numerosos, da humanidade. Na linguagem corrente, vulnerabilidade é “qualidade de vulnerável”, ou seja, o lado fraco de um assunto ou questão, ou o ponto por onde alguém pode ser atacado, ferido ou lesionado, física ou moralmente, por isso mesmo vulnerabilidade implica risco, fragilidade

ou dano. Para que se produza um dano, devem ocorrer três situações: um evento potencialmente adverso, ou seja, um risco, que pode ser exógeno ou endógeno; uma incapacidade de responder positivamente diante de tal contingência; e uma inabilidade para adaptar-se ao novo cenário gerado pela materialização do risco (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009, p. 8).

Acerca do que foi exposto, é importante esclarecer que os eventos potencialmente danosos são distintos – fome, queda abrupta no comércio ou finanças, psicopatologias, inundações - mas, em geral, possuem um aspecto comum: são relativamente limitados e específicos.

Em síntese, vulnerabilidade pode ser definida como exposição a contingências e tensões e às dificuldades em lidar com elas. Por um lado, os riscos, choques e tensões de que um indivíduo, grupo familiar, comunidade, é objeto e, por outro lado, desproteção, significando falta de meios para responder, sem perda prejudicial. É necessário destacar que a noção de vulnerabilidade precede a identificação dos grupos mais vulneráveis, uma vez que exige especificar riscos e determinar tanto a capacidade de resposta dos grupos como sua habilidade para adaptar-se ativamente. Nesse sentido, a fragilidade institucional, a falta de equidade socioeconômica e as precárias condições socioambientais do território são consideradas riscos, pois obstruem o desenvolvimento socioeconômico e impedem a coesão social.

As pessoas e grupos não conhecem a geografia da cidade nem a estudam na escola. O território é considerado contingência de percurso e não condição efetiva de como se distribui os acessos, as riquezas e as condições de vida de uma população, principalmente nos modelos das cidades brasileiras,

**AS
VULNERABILIDADES
RELACIONAIS
SÃO MATÉRIA DE
INTERVENÇÃO
PARA GARANTIR
A SEGURANÇA
DE CONVÍVIO,
UM ASPECTO DA
PROTEÇÃO SOCIAL.**

pautadas no urbanismo de risco¹⁰. O lugar é, portanto, centro da afetividade e da razão sensível, constituindo-se no foco da experiência humana (Marandola, 2009, p. 167).

Uma das ideias que conta com consenso é a de que a proteção social é resposta para situações de vulnerabilidade e que as vulnerabilidades relacionais podem ser de diversas naturezas como citadas a seguir. São descritas como vulnerabilidades por reduzirem as capacidades humanas e colocarem os sujeitos na condição de demandantes de proteção social.

As situações citadas desvelam vivências em que as diferenças são vividas como desigualdades, produzindo o que Bader Sawaia vem denominando em seus estudos como sofrimento ético-político, que, como dito anteriormente neste texto, é aquele provocado pelo reconhecimento negativo/desvalorizado que se faz de uma pessoa.

Assim, a condição de vulnerabilidade deveria considerar a situação das pessoas a partir dos seguintes elementos: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho; a debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos. A inserção relacional caracteriza-se pelos vínculos que os sujeitos estabelecem com os grupos familiar e social, mais próximos, que configuram a percepção de pertencer a uma determinada comunidade¹¹.

Adiante, apresenta-se a caracterização de sete vulnerabilidades relacionais, sem a pretensão de abarcar a totalidade, mas com o objetivo de indicar a contribuição da caracterização das situações de vulnerabilidade para a atuação profissional. Identificam-se algumas situações que caracterizam vulnerabilidades relacionais que não se restringem ao ambiente familiar, para qual culturalmente se olha numa perspectiva de identificar a causa dos males dos sujeitos.

¹⁰ Os estudos da pesquisadora Raquel Rolnik discutem com precisão este urbanismo de risco.

¹¹ Daniela Tavares Gontijo; Marcelo Medeiros. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. Ciênc. saúde coletiva vol.14 n° 2. Rio de Janeiro Mar./ Apr. 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000200015>



CONFLITOS: PONTOS DE VISTAS E INTERESSES DIFERENTES, PRÁTICAS COTIDIANAS DIVERGENTES, NECESSIDADE DE COMPARTILHAMENTO DE DECISÕES

Conflitos são realidades do cotidiano, em que se confrontam valores, interesses, autoridade e, para as quais, de certa maneira, pode-se criar soluções de compromisso. A configuração de uma situação de conflito se dá num campo relacional, de interação entre pessoas e grupos, mas também entre instituições. Quantas situações de conflito são vivenciadas cotidianamente e são resolvidas porque se desiste da relação, ou porque, no diálogo, é possível produzir pontos de convergência e negociar os divergentes? Ou, ainda, porque um novo acontecimento muda a situação ou os interesses em jogo? Muito provavelmente, os leitores deste texto conhecem diversas narrativas sobre situações de conflito que se resolveram com certa facilidade, a partir de sua participação, alguém com autoridade afetiva, intelectual ou moral, que ouviu e atentou-se ao conjunto de elementos imbricados, convocou os

envolvidos no conflito a considerar outros pontos de vista, propôs acordos e alterações de atitudes e que, por parecerem razoáveis e aceitáveis para todos, dissipou o conflito.

Além disso, as situações de conflito aparecem quando há uma demanda de decisão coletiva, momento em que é necessário construir consenso.

Pois bem, por que um conflito, considerando seu caráter prosaico, é considerado uma vulnerabilidade relacional? Configura-se como vulnerabilidade sempre que produza sofrimento ético/político por denotar que as diferenças são vividas como desigualdade e que a vontade daqueles em condições de maior poder prevalece, o que impede a coletivização.

PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO: MODOS DE VIDA E CARACTERÍSTICAS PESSOAIS E/OU ÉTNICAS DESVALORIZADAS, ORIGEM E LOCAL DE MORADIA PARA OS QUAIS SE ATRIBUI MENOR VALOR

As situações de preconceito e discriminação negativa são marcadas por uma vivência relacional em que um atributo ou condição concreta de uma pessoa ou grupo é tomada como um qualificador desvalorizante, ou seja, não só tem menos valor, mas também restringe possibilidades de atuação ou intervenção.

Essas situações são marcadas por questões da cultura dominante, que justificam e desresponsabilizam os autores da discriminação negativa, embora já se tenha na legislação o reconhecimento dessas situações como crime.

As pessoas e/ou grupos vítimas de preconceitos vivenciam limites e restrições concretas à realização de seus interesses, escolhas e oportunidades de desenvolvimento pessoal, além de prejuízo subjetivo para seu autoconceito. Considerando que o autoconceito se constitui por elementos dos conceitos que os outros nos atribuem, combinado com as nossas realizações, esta vivência produz um duplo prejuízo, pois o outro nos desvaloriza e não realizamos algo que desejávamos.

Assim, constitui-se em uma vulnerabilidade relacional que demanda atenção também redobrada.

ABANDONO: INDIVÍDUOS OU GRUPOS DEMANDANTES DE CUIDADOS SÃO DESCUIDADOS POR FAMILIARES E/OU RESPONSÁVEIS

As situações de abandono são vividas de forma grave, pois implicam relações de proximidade e responsabilidade negligenciada, restringindo as capacidades vitais das pessoas ou grupos que sofrem essa ação.

Muitos estudos já foram realizados sobre o abandono e suas consequências objetivas e subjetivas.

Neles, é possível encontrar argumentos para entender os processos afetivos complexos que envolvem condutas de abandono em grupos familiares, em serviços de interesse público, em grupos de cultura tradicional.

Sem dúvida, a leitura desses trabalhos pode colaborar com o aprofundamento da questão por parte do leitor.

Mas o abandono pode se dar também em decorrência de outras situações, como a incapacidade de lidar com conflitos ou quando há preconceito em relação a membros que compõem o grupo.

Tanto numa situação como em outra, estudos indicam que uma característica que marca essas situações é o fato de que, em muitos casos, a atitude de abandono é entendida como sendo uma opção em face de uma suposta situação pior. Outro aspecto encontrado nos estudos são as intensas marcas naqueles que vivenciam o abandono, uma intensa desconfiança nas relações.

Assim, como foi possível notar, a situação de abandono se delinea numa alta vulnerabilidade relacional.

APARTAÇÃO: INDIVÍDUOS OU GRUPOS SÃO IMPEDIDOS, POR BARREIRAS FÍSICAS E/OU VIRTUAIS, DE CONVIVEREM COM OUTROS

Os impedimentos de conviver, seja pela distância física, seja pela cultura e/ou religiosidade, produzem sofrimento à medida que membros de grupos são premidos, pelas condições materiais, a migrar por sua conta e risco ou grupos são afastados de outros, porque suas crenças e/ou origem e modos de vida são divergentes. As apartações também aparecem nas grandes cidades, nas práticas juvenis, quando gangues e/ou tribos não podem circular por territórios delimitados por outros e, reciprocamente, outros não podem circular em seu território.

Outras modalidades de apartação são decorrentes da distribuição imobiliária e de mobilidade, que se imputa a regiões periféricas das grandes cidades, ou de processos migratórios de regiões com presença muito precária do Estado. No primeiro caso, a apartação impede/fragiliza o sentimento de pertencimento a um lugar e, no segundo, expulsa, por inviabilizar uma vida digna.

Essas situações são redutoras das capacidades humanas, pois, por um lado, são vínculos em sua face negativa (religiões, origens, modos de vida) e por outro, quando positivos, a distância física é vivida como tristeza (na migração).

Desse modo, a apartação é um corte/ruptura nas oportunidades relacionais.

CONFINAMENTO: INDIVÍDUOS OU GRUPOS TÊM SEUS RELACIONAMENTOS E CIRCULAÇÃO RESTRITOS POR BARREIRAS FÍSICAS E/OU VIRTUAIS

As situações de restrição/impedimento associam-se a barreiras físicas, motivadas pela perspectiva do perigo que uma pessoa representa para si ou para os outros. Assim, a prisão, o hospital/clínica psiquiátrica e a própria moradia são as barreiras. Essa restrição pode produzir ampliação do perigo

que pretende evitar, até porque decorre, muitas vezes, de preconceito ou de falta de informação sobre o real perigo que essa pessoa pode causar. Isso afeta negativamente as pessoas que são o centro dessas situações.

Diversos estudos sobre os efeitos dessas restrições para retirar as pessoas de uma suposta condição perigosa têm indicado ser necessário promover outras oportunidades de relacionamento, estratégia que apresenta maiores possibilidades e melhores resultados para que a finalidade positiva atribuída ao confinamento possa se realizar e possa ser motivadora da recuperação.

Mais que isso, o grupo afetivo ligado às pessoas em confinamento também tem suas capacidades fragilizadas, pois está privado de usufruir um relacionamento ao mesmo tempo em que, por vezes, consideram e são considerados responsáveis/implicados com a situação de confinamento imputada a um membro do grupo.

Desse modo, o confinamento torna vulnerável todas as pessoas com ele envolvidas - as que estão diretamente confinadas e as responsáveis pelo confinamento ou por sua preservação.

ISOLAMENTO: SITUAÇÕES DE AUSÊNCIA DE RELACIONAMENTOS REGULARES E COTIDIANOS, REDUÇÃO DE CAPACIDADES DE COMUNICAÇÃO

Situações de adoecimento (depressão) ou de longos tratamentos, vivência de sequelas de acidentes ou de deficiências das quais resulte uma estética muito diferente, envelhecimento com restrições de deslocamento, entre outras, tendem a isolar as pessoas, em razão da dependência de cuidados, de discriminações e da intensa restrição de ação por que, eventualmente, passem.

Essas situações (exceto o envelhecimento) demandam que as pessoas estejam dedicadas a cuidar de si e, em decorrência, tenham pouca disponibilidade de compartilhamento da vida: seus problemas tornam-se a única questão sobre a qual têm algo a dizer. Essa situação reduz a pre-

sença de pessoas interessadas em conviver, cuidar e dedicar afeto, pois não sentem reciprocidade. Essa vivência instala um ciclo vicioso de difícil interrupção e transformação.

No caso dos idosos, as limitações e restrições causadas pelo envelhecimento, muitas vezes, levam os familiares a limitar e restringir ainda mais os relacionamentos e a comunicação dessas pessoas.

Assim, do isolamento decorrem várias restrições, entre as quais, a própria compreensão do mundo em que se vive e a experiência de ser reconhecido como importante para as pessoas. Viver essa situação pode tornar a pessoa mais insegura e vulnerável.

VIOLÊNCIA: INDIVÍDUOS OU GRUPOS SÃO IMPEDIDOS DE PRATICAR AÇÕES OU IMPELIDOS A PRATICÁ-LAS, EM DESACORDO COM SUA VONTADE E INTERESSE, POR VEZES, TENDO A VIDA AMEAÇADA

A violência é o ponto extremo do exercício de poder de uma pessoa ou grupo sobre outra pessoa ou grupo, pelo uso de força física e/ou psicológica, induzindo e/ou obrigando a realização de atos e condutas em que aquele que realiza não quer ou não sabe por que faz.

As crianças, adolescentes, mulheres, pessoas homossexuais e negras têm um histórico social de serem alvos de violência. As situações de maus tratos, abuso sexual, seviciamento para práticas delituosas e uso de drogas vivenciadas por esses segmentos ganharam estatuto de crime há algumas décadas, colocando em evidência que deixava de ser uma questão de âmbito privado.

Do ponto de vista relacional, essa é uma questão complexa, pois muitas das situações de violência ocorrem entre pessoas e grupos que têm fortes laços relacionais, muitas vezes relações de responsabilidade formal, como no caso de adultos (pais, tios, padrasto, madrasta, professores, guias religiosos) com crianças e adolescentes de seu convívio (filhos, enteados, sobrinhos, afilhados, alunos).

Também no caso de casais, em que a mulher é maltratada pelo marido/companheiro e tem uma situação de dependência econômica.

A essas se somam outras situações, como trabalho infantil, prostituição de menores de idade, maus-tratos em decorrência da orientação sexual homossexual de meninos e meninas, etc.

Essas situações demandam muita sensibilidade, delicadeza e precisão na intervenção profissional, pois é necessário produzir o engajamento dos envolvidos na mudança/transformação da situação e considerar, nessa intervenção, o que já está demonstrado em vários estudos: que há probabilidade de repetição dessa situação em outras relações, tanto por quem violentou como por quem foi violentado¹².

O impacto da vivência de situações de violência na trajetória dos indivíduos precisa ser considerado na intervenção, tendo como direção a perspectiva de que essa e as demais situações de vulnerabilidade descritas podem ser enfrentadas e alteradas, mais ainda, que a vinculação a outros grupos, a vivência de outras experiências ou mesmo o restabelecimento de vínculos distintos com grupos e pessoas com quem se relaciona é uma oportunidade para esse enfrentamento.

¹² Intervir nestas situações requer do profissional competências técnicas, ética e política, ou seja, expertises para uma atuação com êxito, na perspectiva de (re)construção de projetos de vida.

5 FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMO FINALIDADES

[...] uma vida não mais vivenciada a partir da necessidade, em função dos meios e dos fins, mas a partir de uma produção, de uma produtividade, de uma potência, em função das causas e dos efeitos.

Gilles Deleuze

A construção de uma concepção de fortalecimento de vínculos no âmbito da proteção básica de assistência social se anuncia e se configura como um desafio de extrema relevância porque contribui com a sedimentação do entendimento de que lidar com vulnerabilidades do campo relacional é uma responsabilidade pública e que, uma política que busca combater desigualdades e promover o desenvolvimento humano tem um papel central nesse diálogo, pois o trânsito do ambiente individual para o social é a raiz fundante da política pública que exige seu distanciamento da mediação da benemerência ou da caridade (SPOSATI, 2009, p. 27).

Considerando as diversas interlocuções estabelecidas e as contribuições realizadas, configura-se precisão ao conceito de fortalecimento de vínculos ao tomá-lo como resultado do trabalho social, fazendo uma ligação efetiva com a perspectiva da vulnerabilidade relacional. Ou seja, vínculos fortalecidos é o resultado do trabalho social que intervém nas situações de vulnerabilidades relacionais, produzindo proteção socioassistencial.

No sentido de concretizar essa perspectiva, elaborou-se um conjunto de indicadores que precisa ser tomado como orientador das estratégias de investigação/pesquisa dos profissionais da Política de Assistência, ao mesmo tempo em que compõem os planos individuais e coletivos com os usuários, em direção à ampliação e diversificação do campo relacional. Dessa forma, permitem a identificação e qualificação dos resultados obtidos no exercício profissional e nos desafios da política.

Esses indicadores trazem um aspecto intrínseco, que é a parcialidade, e estão associados entre si, criando, no conjunto, um efeito de pertencimento. A parcialidade se expressa no uso do pronome “alguns”. Esses indicadores foram formulados a partir da pesquisa, entrevistas e visitas realizadas, ou seja, identificados nos discursos e nas práticas dos profissionais e pesquisadores.

ALGUMAS RELAÇÕES DE PARENTESCO SÃO FONTE DE AFETO E APOIO ORDINÁRIO

Parte das relações de parentesco traz uma dimensão afetiva e apoiadora no cotidiano, capaz de proteger os indivíduos e/ou grupos. Há aqui o reconhecimento de que não são todas as relações familiares que são capazes de proteger e de que aquelas que apresentam laços positivos e presença afetiva e ordinária precisam ser identificadas e valorizadas.

Evidencia-se que os elementos fortalecedores são o gostar e apreciar o outro, além de contar com ele para questões prosaicas do cotidiano.

Esse indicador de fortalecimento de vínculos supõe que é necessário mapear as relações familiares para dimensionar quais precisam ser fortalecidas/intensificadas e quais precisam ser restringidas.

ALGUMAS RELAÇÕES COM AMIGOS SÃO FONTE DE AFETO, VALORIZAÇÃO E PRAZER DE VIVER JUNTOS

As relações entre pessoas que se aproximam por contingências da vida e que estabelecem afinidades eletivas, interesses comuns e um cotidiano partilhado são capazes de constituir proteção. A amizade é um tipo de relação sempre positivada, pois, quando algo rompe este laço, as pessoas não se reco-

**ALGUMAS
RELAÇÕES DE
PARENTESCO
SÃO FONTE
DE AFETO E
APOIO
ORDINÁRIO**

**ALGUMAS
RELAÇÕES COM
AMIGOS SÃO
FONTE DE AFETO,
VALORIZAÇÃO
E PRAZER DE
VIVER JUNTO**

nehcem mais como amigas. Os elementos que fortalecem os laços são o gostar e apreciar o outro, afinidades e interesses comuns e o prazer de gostar e de ser gostado, admirar e ser admirado por um outro, ou seja, um conjunto de evidências de reciprocidade.

Reconhecer e valorizar as relações de amizade em situações de vulnerabilidade podem ser oportunidade de redução de risco e ampliação de proteção.

ALGUMAS RELAÇÕES ORGÂNICAS SÃO FONTE DE PARCERIA E DE REALIZAÇÕES PRODUTIVAS¹³.

As relações produtivas, por promoverem o estabelecimento de rotinas e demandarem colaboração na realização dos desafios cotidianos do trabalho, criam laços entre pessoas/grupos e com a tarefa que realizam juntas. Esses laços são capazes de proteger, em razão de seu efeito concreto de permitir que as pessoas afirmem com quem podem contar em seus desafios produtivos e com quem pode comemorar suas realizações.

É necessário considerar que a importância reside em ter estabelecidas algumas relações de trabalho que tenham esses laços e que nem todas cumprirão esta função.

ALGUMAS RELAÇÕES DE CIDADANIA SÃO FONTE DE APRENDIZADO, DE DIÁLOGO E CONQUISTAS

Ter experiências de usufruir igualmente de direitos no cotidiano e identificar demandas compartilhadas/coletivizadas agrega sentimento de pertencimento. Compartilhar questões

¹³ Conforme já citado anteriormente, Paugam define quatro categoriais de vínculos, sendo esta uma delas.

comuns - na maior parte das vezes, de dificuldade, mas também de sonho e, coletivamente, lutar por isso - permite que as pessoas aprendam umas com as outras, exercitem o diálogo, entendam-se e também conquistem aquilo que desejam. Esses processos de luta por demandas/interesses comuns e de perceber-se como igual são capazes de proteger indivíduos e/ou grupos, etc.

É sempre importante lembrar que, nesses processos, existem conflitos e muitos problemas a serem enfrentados, mas que eles são fortalecedores e precisam ser mapeados, promovidos e valorizados.

**ALGUMAS
RELAÇÕES DE
CIDADANIA
SÃO FONTE DE
APRENDIZADO,
DE DIÁLOGO E
CONQUISTAS**

AS RELAÇÕES COM OS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO FONTE DE REFERÊNCIA DE CONTINUIDADE E AMORALIDADE NO ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE

Aqui a perspectiva de parcialidade não se apresenta, pois em relação aos serviços socioassistenciais não está prevista a possibilidade de que a ação profissional não seja de proteção. Em decorrência disso, há que se enfrentar com precisão o desafio de tornar-se referência de continuidade e amoralidade.

“Tornar-se referência” significa apoiar-se em conhecimentos técnicos, associado a um posicionamento ético que escuta as demandas de proteção das pessoas, como um direito a ser garantido, e ter capacidade de agir de forma acolhedora, compartilhando decisões e valorizando a autonomia dos usuários, não só sua boa conduta. Dito de outra maneira:

Esses dois elementos – certeza e satisfação de necessidades sociais - nos ajudam a responder para quem vale a referência que as equipes de profissionais do SUAS constroem: são refe-

AS RELAÇÕES COM OS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO FONTE DE REFERÊNCIA DE CONTINUIDADE E AMORALIDADE NO ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE

rências de proteção social para as famílias e indivíduos, que têm nas equipes a certeza de que encontrarão respostas qualificadas para suas necessidades. Uma referência, portanto, construída a partir de conhecimentos técnicos específicos e de uma postura ética que, ao acolher as necessidades sociais dos cidadãos como direito, acenam em direção a horizontes mais acolhedores, compartilhados e de maior autonomia (NOB-RH, 2011, p. 42).

Estes processos de presença institucional/pessoal, ausência de julgamento moral das condutas, certeza e empenho em garantir a satisfação das necessidades sociais, com atenção diferenciada às questões relacionais, são capazes de proteger indivíduos e/ou grupos, etc.

OS TERRITÓRIOS TECIDOS POR ESSAS RELAÇÕES SÃO VALORIZADOS COMO LUGARES DE PERTENÇA

As vulnerabilidades, como já dito anteriormente, por muitas vezes, são produções deflagradas pelo local habitado. Mais que isso, os territórios são produções da interação do meio físico humano e não humano (ambiente), em que a trama das relações cotidianas, seus modos de vida, sua configuração topográfica e morfológica, suas condições de urbanização e infraestrutura urbana (energia, saneamento, drenagem, tratamento de resíduos), suas condições de moradia compõem o cenário e a história ali vivida. Assim, conhecer e valorizar esse conjunto de aspectos é condição para materializar a proteção socioassistencial para pessoas/grupos.

Dimensionar os elementos que concorrem na produção de vulnerabilidades e neles intervir ou buscar intervenção e, ao mesmo tempo, identificar os atributos que conformam os lugares de pertença, ou melhor, aquilo que é valorizado pelos habitantes e suas motivações são ações importantes para proteger indivíduos e/ou grupos, etc.

Em outras palavras, os profissionais devem, ao intervir nos territórios vividos pelas pessoas e grupos, identificar e potencializar as habilidades e potencialidades existentes.

Isso possibilita prevenir situações de risco social e pessoal. Como proposto, esses indicadores objetivam criar sinergia e compromisso mútuo entre profissionais, gestores e usuários no sentido de garantir proteção socioassistencial.

**OS TERRITÓRIOS
TECIDOS
POR ESSAS
RELAÇÕES SÃO
VALORIZADOS
COMO LUGARES
DE PERTENÇA**



Mascara
Diversões

LOCAÇÃO
DE BRINQUEDOS
PARA EVENTOS
FONE:
(011) 9433 6188

6 CONVIVÊNCIA COMO PROCESSO E METODOLOGIA

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça.

Jorge Larrosa

As vulnerabilidades relacionais em suas características e sutilezas e os indicadores que demonstram o fortalecimento de vínculos na perspectiva de ampliação e diversificação, há que se dedicar a dimensionar as tecnologias e ferramentas com que se vai minimizar/eliminar vulnerabilidades e conquistar proteção socioassistencial.

O caminho percorrido no âmbito da pesquisa que compôs/contribuiu com esta elaboração permitiu que experiências fossem observadas, registradas e fossem sinalizando, em pequenas e simbólicas atitudes e em diferentes “modos” de fazer/potencializar a prática profissional nessa política, que essa direção ganha materialidade no cotidiano, o que exige essencialmente que um saber preliminar, pré-existente, seja repertório para os envolvidos criarem. Ilustramos a seguir como se concretiza, na elaboração de profissionais e usuários, esse elemento que é essencialmente ético-político:

Antes nós fazemos uma reflexão, o porquê, porque tudo tem uma razão. Nós levantamos a situação, problematizamos com eles a partir dos exemplos que eles têm, pra depois nós construirmos algo da parte que a gente tem, não é nada assim: vamos fazer, não, é tudo comentado, por isso a gente senta, se reúne, planeja, porque na verdade é mais importante eles falarem do que a gente, a gente pensa em completar alguma informação que às vezes é curiosidade, passa despercebido, para pontuar, mas quando eles falam é importante mesmo (Márcia – Educadora Social – dinamização - GDF).

Quando tem uma atividade que a gente não gosta nós falamos: “Ah! Isso é chato, e aí podemos fazer outra coisa” (Juliana – 10 anos, usuária do COSE – GDF).

Este processo de criação/planejamento coletiva/coletivo implica que ao ingressar numa postura de busca ativa no território de vida dos usuários, [os profissionais vão] se situar num lugar estratégico para a construção de um cuidado contextualizado aos modos de vida dos usuários (LEMKE, 2011, p. 979).

Desse modo, as situações de convivência são tomadas como oportunidades que precisam ser criadas, preparadas e a experiência é o foco de análise e entendimento. A abordagem é de horizontalidade, que implica na alternância e variação de lugares, de saber e poder, com o objetivo de ampliar, fortalecer e diversificar modos de relacionamento e os laços produzidos. Essa abordagem se concretiza por meio de encontros, de conversações e fazeres, caracterizados por:

ESCUITA

Estratégia que cria uma ambiência e um clima em que a história do outro é ouvida tanto como realização quanto processo que constituiu o sujeito que fala, portanto, pertencente a uma lógica temporal não cronológica. Assim, a narrativa é constituída a partir do interesse daquele que escuta. As perguntas que animam a narrativa estão ligadas a elementos da própria fala e não de um roteiro prévio a ser seguido. Interesse na história e apreço pelo trajeto vivido pelo sujeito que narra, busca dos motivos e não das justificativas, busca do entendimento e não do julgamento sobre as situações que são componentes estruturantes dessa técnica.

Saber que há legitimidade e interesse pela sua narrativa oferece segurança para poder partilhar questões aflitivas ou importantes e isso fortalece vínculos.

POSTURA DE VALORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO

Estratégia que considera as questões e problemas do outro como procedentes e legítimos (apenas porque ele foi capaz de formular e de expressar). A solução, por sua vez, se faz num processo de interações e responsabilidades compartilhadas entre este sujeito/grupo e os profissionais dos serviços socioassistenciais. Essa postura exige um ponto de vista amoral, em que não se coloca a afirmação: “Eu não faria isso” e, sim, o questionamento: “O que se pode fazer já que isso foi feito”.

SITUAÇÕES DE PRODUÇÃO COLETIVA

Estratégia que fomenta relações horizontais e permite realização compartilhada. O fazer envolvido nessas situações pode ser de qualquer natureza, mas precisa ser do interesse dos que fazem. A variação de lugares de saber e poder precisa ser alternada entre os participantes. Encontros para fazer um jogo, uma leitura, assistir um filme, fazer uma sacola, fazer ginástica, brincar, etc. precisam ser organizados de forma que os participantes interajam e conquistem algo em conjunto, ou seja, porque colaboraram entre si.

É necessário, portanto, ter o processo de produção/planejamento como fomento ao convívio, logo, a questão chave é qualificar esse momento e, não exclusivamente, o resultado da produção ou trabalho coletivo.

EXERCÍCIO DE ESCOLHAS

Estratégia que fomenta responsabilidade e reflexão sobre as motivações e interesses envolvidos no processo. Os jogos, especialmente os jogos dramáticos, são oportunidades lúdicas para experimentar fazer escolhas e explicitar seus motivos, analisar as consequências, dimensionar as responsabilidades pelos acontecimentos. Organizar encontros que permitam interação e análise coletiva, em vez de aconselhamentos, agrega desenvoltura à explicitação das motivações em relação às escolhas que se faz.

TOMADA DE DECISÃO SOBRE A PRÓPRIA VIDA E DE SEU GRUPO

Estratégia que fomenta a capacidade de responsabilizar-se, de negociar, de compor, de rever e de assumir uma escolha. Organizar encontros com jogos que desafiem as pessoas a terem que decidir coletivamente, compartilhar motivações, negociar a relevância dos resultados e consequências ou simular um processo com questões do cotidiano do grupo constrói repertório e aproxima os participantes.

Sem dúvida, cabe sempre analisar os acontecimentos dos jogos ao final, em direção ao compartilhamento dos entendimentos circulantes.

EXPERIÊNCIA DE DIÁLOGO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E DIVERGÊNCIAS

Estratégia que permite o aprendizado e o exercício de um conjunto de habilidades e capacidades de compartilhamento, além do engajamento num processo resolutivo ou restaurativo. Criar um processo com fases: primeiro cada parte relata o conflito e seu entendimento para um profissional; depois, organiza-se uma conversa entre as partes, mediada pelo profissional; após os esclarecimentos, cada parte irá refletir sobre o que poderia fazer diferente numa outra situação e qual o aspecto mais grave da situação com duas pessoas que irá escolher e trazer para o próximo encontro.

Em novo encontro, as partes apresentam suas questões e o profissional apresenta uma proposta restaurativa para a eliminação dos aspectos graves da situação. Quanto mais esses procedimentos tiverem a participação dos usuários, serão experiências coletivas e, assim, poderão fortalecer e diversificar os modos de relação. São práticas democráticas e participativas que potencializam essa estratégia/método, a convivência/vínculos.

RECONHECIMENTO DE LIMITES E POSSIBILIDADES DAS SITUAÇÕES VIVIDAS

Estratégia que objetiva analisar as situações vividas e explorar variações

de escolha, de interesse, de conduta, de atitude, de entendimento do outro. Esse é um exercício que pode ser iniciado com a análise de filmes, novelas, histórias em que o cerne da estratégia é produzir entendimento sobre os limites enfrentados por personagens e as possibilidades de superação de situações desafiantes, ao mesmo tempo em que se produz diferenciação entre os diversos usuários participantes.

EXPERIÊNCIA DE ESCOLHER E DECIDIR COLETIVAMENTE

Estratégia complexa, que fomenta e induz atitudes mais cooperativas como resultantes de análise da situação, explicitação de desejos, medos e interesses; de negociação, composição, revisão de posicionamento políticos e capacidade de postergar realizações individuais. Essa experiência precisa estar vinculada a uma situação concreta. Num primeiro momento, pode ser ligada ao serviço, à organização do trabalho, a uma atividade de visita a um equipamento cultural, ou seja, o profissional pode criar uma situação que demande uma decisão coletiva e a vivência do que for decidido.

Após o acontecimento, é necessário analisá-lo coletivamente, dimensionando as diferenças de entendimento das consequências, das motivações, no processo de decisão, e depois de experimentar os resultados e consequências dele¹⁴.

EXPERIÊNCIA DE APRENDER E ENSINAR HORIZONTALMENTE

Estratégia que permite construir, nas relações, lugares de autoridade para determinadas questões, desconstruindo a perspectiva de autoridade por hierarquias previamente definidas. Implica a identificação de saberes e experiências dos usuários para que se possam organizar momentos em que cada um ocupe o lugar de quem ensina ou protagoniza uma situação. Os jogos cooperativos são uma ferramenta para preparação desses encontros, que, sem dúvida, são complexos e demandam do profissional a certeza de

¹⁴ Como exemplo, podemos citar, a escolha, nesse processo coletivo, de um representante de usuário para compor/integrar o conselho municipal de assistência social e retorno das discussões para o coletivo; ou um processo de avaliação do serviço ofertado em determinada unidade pública.

que eles têm coisas a ensinar entre si e para os profissionais. Identificar as habilidades e potencialidades dos usuários, famílias e grupos potencializa a prática profissional.

EXPERIÊNCIA DE RECONHECER E NOMINAR SUAS EMOÇÕES NAS SITUAÇÕES VIVIDAS

Estratégia que permite aprender e ter domínio sobre os sentimentos e afetações, agregando vigor no enfrentamento das situações que disparam sentimentos intensos e negativos numa pessoa e/ou em um grupo. Novamente, os jogos dramáticos podem colaborar, pois exercitar as emoções, rir, chorar, gargalhar, comemorar, entristecer, enraivecer, compadecer-se, etc. agrega certo domínio sobre as emoções. Incluir perguntas nos diálogos, como: “O que sente quando isto acontece?”, “O que sentiu quando fez isso?”, “O que sente quando fala sobre isso?”.

E dizer: “Quando isto acontece comigo, eu choro” ou “Tenho muita vontade de rir, quando alguém fica nervoso”. Ou seja, expressar o que sente e interessar-se pelo que o outro sente colabora no estabelecimento de laços/vínculos.

EXPERIÊNCIA DE RECONHECER E ADMIRAR A DIFERENÇA

Estratégia que permite exercitar situações protegidas em que as desigualdades e diversidades podem ser analisadas e problematizadas e, por fim, descoladas das diferenças, permitindo que características, condições, escolhas e objetivos sejam tomados em sua raiz de diferença e não a partir de um juízo de valor hegemônico.

Essa experiência pode ser organizada a partir da literatura que evidencie situações de desigualdade e diversidades, permitindo separar o personagem e suas características do desvalor a elas atribuídas. Esse exercício pode ser exercitado pela inversão das coisas que são valorizadas para evidenciar as dificuldades que produzem. Associado a esse movimento de desconstrução é importante associar a construção da admiração e do respeito. As biografias podem ser um recurso importante para construir a admiração

pela diferença, pois permitem conhecer as características e construir um entendimento sobre elas. Os filmes Edit Piaf, Dois filhos de Francisco, Gonzaga – De pai pra filho, entre outros, podem ser bons pontos de partida, a abordagem irá depender do grupo e do profissional que topar o desafio.

ALGUMAS ABORDAGENS EM CURSO

A direção metodológica, que toma a experiência de convívio como fundamento de trabalho e promove a variação e a sustentação de vínculos relacionais, está presente em publicações que orientam a consolidação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos na política de assistência social. Para evitar a exaustão e com vistas a fomentar a leitura mais atenta daquelas publicações, demonstra-se a seguir algumas dessas expressões para facilitar a identificação das abordagens comuns. Essa ilustração centra-se no Programa Projovem Adolescente e no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF¹⁵.

O Programa Projovem Adolescente, em seu traçado metodológico, busca diferenciar a importância dos coletivos juvenis como estratégia de trabalho para o alcance dos objetivos desse programa. Assim, ao agrupar adolescentes, o propósito é justamente enfrentar e superar processos de individualização e de competição, por meio de reflexões e tomadas de decisão. Trata-se, portanto, de viver a experiência de decisão coletiva e partilhada e de dar consequência às escolhas feitas.

No Projovem Adolescente a participação é um meio e é um fim. É um meio ao se criarem condições para que os jovens se tornem sujeitos do processo socioeducativo e assumam papel destacado na decisão, organização, execução e avaliação das ações socioeducativas, instituindo-se a gestão compartilhada do “fazer

¹⁵ As razões dessa escolha vinculam-se ao fato de que a construção das orientações do trabalho com adolescentes jovens para o PROJOVEM representou um esforço amplo, intersetorial e interdisciplinar, que resultaram em sete cadernos que propunham um percurso de trabalho que por sua consistência e grau de detalhamento tem inspirado outras publicações posteriores, inclusive para faixas etárias distintas. Já o Serviço PAIF, configura-se como uma publicação recente e se constitui no serviço ao qual se articulam todos os demais da Proteção Básica de Assistência Social, logo sua dimensão estratégica para articulação de serviços é evidente. (Nota à versão reimpressa em 2017: É importante esclarecer que o Programa Projovem Adolescente, implementado no âmbito da política de assistência social, foi absorvido pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em 2013, quando do reordenamento desse serviço em todo o território nacional).

socioeducativo” entre os jovens, os Orientadores Sociais e os Facilitadores de Oficinas Culturais e Esportivas e da Formação Técnica Geral para o mundo do trabalho. A participação é um fim, ao se fornecerem insumos e instrumentos que possibilitem aos jovens desenvolverem experiências estruturantes de ações coletivas de interesse público na comunidade e imprimirem visibilidade pública aos seus anseios, interesses, demandas e posicionamentos como cidadãos, sujeitos de direitos (MDS, 2009, p. 26).

Assim, ao destacar o diálogo na tomada de decisão e ao explicitar que os adolescentes e jovens usuários do programa eram - tanto quanto os profissionais - responsáveis pela organização, execução e avaliação das ações socioeducativas, estabelecia-se uma horizontalidade das relações e dos saberes e provocava-se uma radicalidade participativa que implicava o sujeito com a decisão tomada pelo e com o grupo. O que, no limite, indicava que também em grupo os envolvidos criam as condições para dar consequência e viabilizar a decisão tomada.

No trecho citado, afirma-se que os adolescentes desenvolverão ações coletivas em sua comunidade, de forma a imprimir visibilidade pública aos seus interesses. Com isso, o programa provocava o fortalecimento de relações para além do próprio grupo e do serviço, ou seja, favorecia e estimulava a diversificação e ampliação dos vínculos relacionais, ao promover um reconhecimento dos adolescentes como sujeitos preocupados com as questões que afetam os territórios vividos e como pessoas capazes de indicar estratégias coletivas e públicas para enfrentá-las. Essa vivência foi narrada pelos próprios jovens no Caderno Orientador da seguinte forma:

Por aqui as coisas estão caminhando. O CJ – Caiçara está acompanhando a proposta de construção de um mega complexo portuário aqui em Peruíbe. [...] Algo que somou à luta já encampada pelo CJ Caiçara, em Cananéia, em favor do Rio Ribeira de Iguape livre de barragens.

Eles são grandões, mas estamos indo pras cabeças acreditando na mobilização popular. Um processo que tem se mostrado importante e coerente para o fortalecimento de autoafirmação enquanto movimento social que é o de Juventude e Meio Ambiente.

Nesse contexto de militância, acompanhado das mudanças nas vidas da galera, o CJ Caiçara continua na mesma pegada, acreditando que “o processo é lento e o desapego do resultado é importante”. Infelizmente os meios que temos de avaliar os avanços qualitativos, não dão conta de uma evolução orgânica” (Relato de jovem frequentador do CJ Caiçara em Itanhaém)¹⁶.

Nessa direção, é importante ressaltar que, nos Cadernos Projovem, há subsídios para o desenvolvimento do trabalho do orientador, ou seja, busca-se dar consistência e substância ao “como fazer”. Mas, ao apontar a participação dos jovens, a expressão usada no início das sessões é “o que o jovem pode fazer?”. Portanto, o “poder fazer” indica não só a identificação da potência de ação dos jovens, mas também que o desencadear dessa potência está associado a desejos, escolhas e condições de fazer, dizer “pode” não é dizer “deve”. Complementa essa aposta a indicação de experiências e o relato dos jovens sobre a relevância dessa vivência para si e para os grupos nos quais estão inseridos, desse modo, o “pode” torna-se ainda mais explícito, ao demonstrar que foi possível em várias localidades.

Quando apresentamos os dados nos encontros regionais do Comitê foi um murmúrio e cochichos de vozes que concordavam e discordavam e em alguns momentos o silêncio ao reconhecer uma ação que não produzia cidadãos. Isso nos deu mais autonomia, reconhecimento e conquistas profissionais. O melhor foi ver muitos revendo suas ações como o jeito de nos tratar como ‘coisas’. Não sou coisa sou sujeito de direitos e não de análise eterna (Jovem participante da Rede TXAI Jovem – Acre)¹⁷.

Assim, a concepção metodológica do Projovem tinha, na vivência de práticas socioeducativas, a oportunidade para a aquisição de conhecimentos e para o desenvolvimento de habilidades e, ainda, para o desenvolvimento de projetos de vida pessoais e coletivos.

Assentava-se nos princípios de liberdade de expressão e no estímulo à manifestação dos jovens; na corresponsabilidade dos jovens; na valo-

¹⁶ Experiência disponível in: MDS/ Projovem Adolescente. **Caderno do Orientador Social: Ciclo II: Percursos Socioeducativo V: coletivo articulador-realizador**. Brasília, MDS, 2009.

¹⁷ Ibid.

rização de suas vivências e saberes; na construção e produção coletiva de conhecimentos, na articulação entre projetos pessoais e coletivos; na participação e protagonismo e na reflexão crítica permanente sobre todas e quaisquer formas de discriminação e preconceito.

A valorização da experiência de convivência como parte do processo de trabalho que fortalece sociabilidades e vínculos relacionais está presente também nos cadernos de orientações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Ao tratar da abordagem metodológica que embasa a proposta de trabalho social com famílias, reconhece-se a complexidade desse trabalho e a possibilidade de que, em cada localidade, diferentes subsídios sejam adotados pelos profissionais para dar sustentação e coerência ao trabalho desenvolvido. Há, porém, uma linha geral que deve orientar essa escolha de abordagens metodológicas e que precisa estar em consonância com a política nacional de assistência social e com os objetivos do serviço:

Nesse sentido, [os serviços] precisam apresentar componentes que estimulem a participação das famílias e seus membros, contribuam para a reflexão sobre suas condições de vida, valorizem os saberes de cada um, propiciem uma visão crítica do território, permitam o reconhecimento do dever estatal em assegurar direitos, possibilitem a vivência de experiências, fortaleçam suas capacidades para construir alternativas de ação e, assim, auxiliem no processo de conquista de cidadania (MDS, 2012, p. 88).

Duas abordagens são exploradas no documento para subsidiar as escolhas do trabalho: a Pedagogia Problematizadora de Paulo Freire e a Pesquisa-ação. Ao detalhar a primeira, ainda que brevemente, o destaque é feito para o diálogo e para a condição própria do ser humano, de ser inacabado, de estar historicamente em processo de mudança e de recriação. Assim, busca-se a superação de entendimentos ou manifestações que apontam que a vida é estática, de que não há nada que se possa fazer ou de que há uma força-externa que interdita ou dirige a ação das pessoas.

Mas, se a vida não está previamente determinada, é necessário compreendê-la, indagá-la, problematizá-la e questioná-la, logo, reconhecer os limites e possibilidades das situações vividas. Os serviços socioassistenciais podem criar situações que promovam essas reflexões.

A Pesquisa-ação é uma abordagem sugerida para melhor conhecimento da realidade, visto que um de seus princípios é justamente o envolvimento direto de todas as pessoas no processo de interrogar e elucidar assuntos que são coletivamente pesquisados. A perspectiva é também a de reconhecer que a família, grupo e a comunidade conhecem as situações que estão vivendo, logo, é necessário criar condições para que esses saberes possam ser manifestados e acrescidos de outros conhecimentos de natureza distinta como os saberes advindos da experiência profissional e das leituras teóricas. O documento indica ainda, necessidade de que se estabeleça uma relação horizontal/dialógica entre profissionais e usuários do serviço, baseada no respeito e na igualdade de saber entre técnicos e usuários do PAIF.

No contexto da prática, é importante encontrar o modo de apoiar os usuários dos nossos atendimentos e por esses conhecimentos de perito entre parênteses. Suponho que isto adiciona autenticidade ao autoconhecimento dos usuários. Não quero dizer com isto que possamos exercer nossa profissão sem a mediação dos conhecimentos adquiridos, mas é importante que não pretendamos determinar a vida dos outros em virtude de tais conhecimentos (WHITE apud MDS, 2009).

Para estimular que as famílias vivenciem processos de decisão, recomenda-se o fomento de experiências nessa direção, que devem ser respeitadas e estimuladoras da autonomia e da liberdade, condições que não estão dadas antecipadamente ou que são inatas, mas, sim, que são construídas em vários momentos da vida. Assim, é em conformidade com essas abordagens que, no PAIF, são definidas as estratégias metodológicas de acolhida, quer seja individual ou em grupo; as oficinas com famílias; as ações comunitárias; as ações particularizadas e os encaminhamentos.

Ressalte-se, ainda, que trabalhar os afetos não se reduz a posturas mais sensíveis ou delicadas, não se trata de características pessoais a serem buscadas no perfil dos trabalhadores do SUAS. Exige o desenvolvimento de conhecimento com rigor teórico e metodológico sobre o impacto que a vivência de sofrimento traz para as pessoas, pressupõe conhecer e aprofundar os debates sobre desigualdade para além da sua expressão econômica, exige construção de conhecimento e sistematização dos saberes produzidos na intervenção profissional, requer a apropriação do cotidiano vivido e domínio dos processos de exclusão/inclusão, pressupõe, enfim, humanização da política.

7 CONSEQUÊNCIAS PROGRAMÁTICAS

Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é, sobretudo, dar sentido ao que somos e ao que nos acontece.

Jorge Larrosa

Conforme afirmado pelos pesquisadores e profissionais da Política de Assistência Social, a concepção delineada neste documento pretende dizer o que quer produzir como aquisição para seus usuários.

Os indicadores propostos pretendem instaurar uma dinâmica que permita afirmar, no tempo, o que de fato dá certo. Qual intervenção é mais adequada em conformidade com a família e suas demandas: acolhimento da família, fortalecimento de sua confiança e capacidade de enfrentar os problemas, capacidade de autoafirmação, capacidade de fortalecer seu caráter protetivo, capacidade de se colocar para o outro e de apresentar para outros serviços e políticas o que poderia ser mais vinculado ao fomento da participação política, por exemplo.

Nesse sentido, reafirma-se que, para alcançar resultados, é necessário identificar as situações de fragilização de vínculos e como são motivadas. Estão relacionadas com a ausência de autoridade, com a ausência de afetividade? Ou seja, identificar as vulnerabilidades relacionais envolvidas na demanda.

Os indicadores ainda pretendem ser balizadores do que olhar para saber que efeitos se pretende criar e como o trabalho social está funcionando. Também devem responder: em que medida o vínculo está fortalecido?

Talvez, do ponto de vista de orientações operacionais, possa ser constituído um repertório, um elenco de possibilidades, de propostas de abordagens, visto que as referências precisas são importantes. Um repertório voltado para o como fazer, ferramentas para o trabalho, e menos um trajeto de atividades a serem realizadas.

Assim, o campo temático não é o foco metodológico, ele está aberto ao contexto, às habilidades e potencialidades dos profissionais que já estão no trabalho social, aos interesses e participação dos usuários e à criatividade da equipe. Esse repertório pode ser constituído por meio de intercâmbio entre os serviços que acontecem em todo o Brasil, por meio de ferramenta virtual em que seja possível disseminar as práticas que funcionam e problematizar o seu alcance e seus equívocos ou em observatórios de práticas profissionais, que devem ser impulsionados no processo de formação dos trabalhadores do SUAS.

Nessa direção, apresenta-se a seguir uma situação ilustrativa da potência do trabalho social no âmbito da política de Assistência Social para o fortalecimento e expansão de vínculos relacionais.

Pretende-se, com essa concretização, estabelecer um efeito demonstrativo e anunciar que o debate sobre concepção, nessa perspectiva, está diretamente associado à dimensão programática e interventiva da política, ou seja, associa-se às respostas que ela deve produzir, é isso que promove sustentação e sentido ao diálogo.

**REFERÊNCIAS
PRECISAS SÃO
IMPORTANTES PARA
FORTALECER A
CAPACIDADE DOS
PROFISSIONAIS**

Um adolescente de uma família de 7 filhos, sendo ele o 3º, deixou a escola no 7º ano e começou a fazer bicos nas ruas do bairro e ganhar um dinheiro. Hoje, ele tem 16 anos, frequenta um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que começou a ir porque tinha jogo na quarta-feira. Depois, por causa do orientador social que organizava o jogo, passou a participar de um grupo de conversa que acontece toda quinta-feira. É um bate-papo sobre assuntos diversos, mas cada vez o orientador propõe um jeito diferente de conversar. Às vezes, é uma dramatização, em outras, é um desenho ou a invenção de uma história, e todo mundo faz alguma coisa.

Na primeira vez em que participou do jogo, o orientador social disse que gostaria de conversar com ele e agendou um horário. Nesta conversa, o profissional fez um desenho que mostrava o adolescente, seus familiares e outras coisas que ele fazia. Disse-lhe que, depois de 6 meses, voltariam a conversar sobre esse desenho.

No primeiro desenho, o garoto dizia ter uma relação conflituosa com o pai e com os irmãos e não os diferenciava. Tudo o que dizia eram “meus irmãos”, não conseguia discriminar, dizia que todos eram chatos e não gostava deles. Afirmou que a relação com a mãe era boa, mas ela trabalhava fora e não tinha muito tempo.

Havia deixado a escola depois de repetir duas vezes o 7º ano, sendo, a segunda vez, por faltas. Fazia bicos, trabalhava na feira, ajudava na mecânica, fazia um serviço de banco para o dono da padaria. Tinha um amigo que já esteve internado na Febem por ter sido apreendido com produto de furto. Esse amigo está em cumprimento de medida socioeducativa por meio da liberdade assistida e foi quem o convidou para ir jogar bola. Não tem namorada e nem outros amigos.

Depois de 6 meses participando do jogo e da conversa de quinta-feira, ele procurou o orientador social e disse que queria fazer novamente aquele desenho sobre a vida dele.

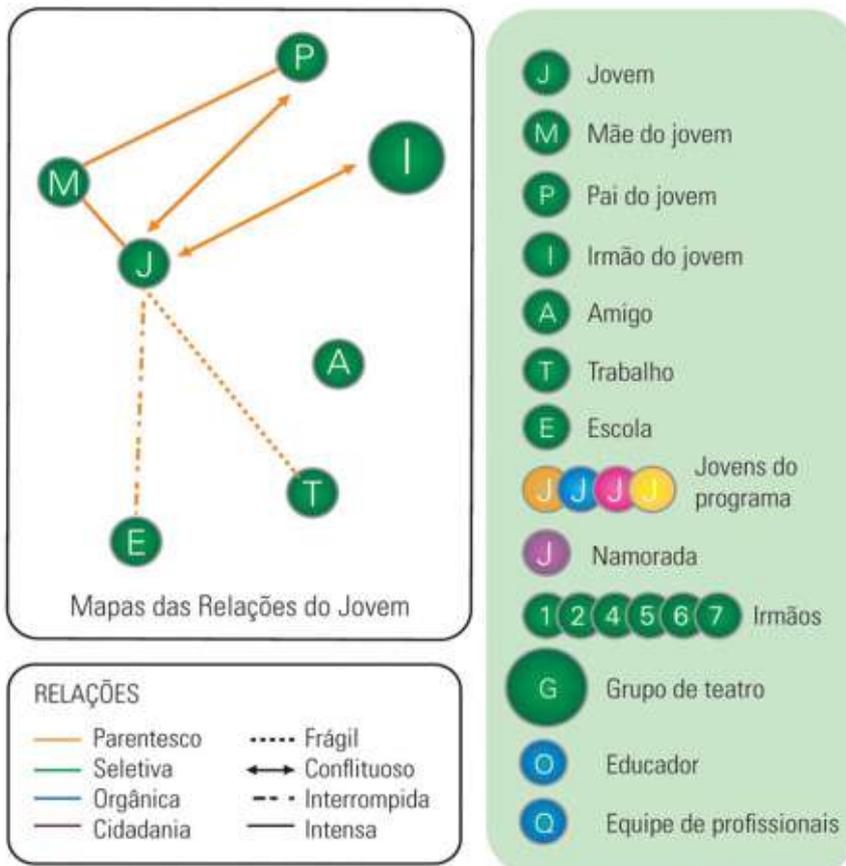
Marcou uma conversa com o orientador e, a partir do que o rapaz ia dizendo, o profissional ia desenhando. O garoto foi contando que tinha descoberto que o irmão mais novo era muito bacana e que o estava ajudando no retorno à escola (o adolescente estava cursando a Educação de Jovens e Adultos – EJA - para terminar o ensino fundamental). Informou que a irmã e o irmão mais velhos é que não eram legais, realmente não se davam bem. Estava torcendo para sua irmã

casar logo e sair de casa. Os três mais novos não eram muito próximos, mas eram legais. Continuava fazendo bicos e todas as pessoas que davam serviço para ele estavam dando gorjeta porque ele voltou a estudar. Está feliz porque está namorando há um mês e está apaixonado.

Seu grande amigo - o que lhe convidou para jogar bola - havia conseguido um trabalho com carteira assinada. Outra coisa que havia acontecido é que ele estava participando de um grupo de teatro de uma Organização não-Governamental (ONG) e estava adorando. Foi nesse grupo que conheceu sua namorada.

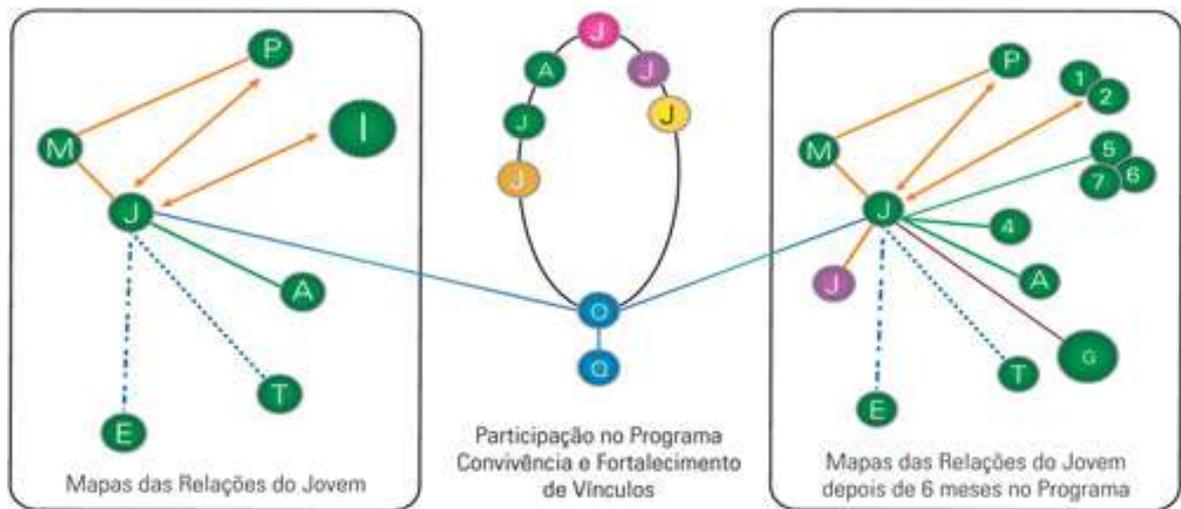
O orientador social terminou o desenho e o garoto disse que estava faltando desenhar o grupo de conversa, pois era uma coisa importante pra ele.

O diagrama mostra o campo relacional quando o adolescente acessa o serviço, mostrando o quanto é restrito e indiscriminado em relação aos irmãos. A legenda permite identificar as pessoas e os tipos de relações estabelecidas.



O diagrama evidencia um jovem com vínculos frágeis, por um lado, e conflituosos, por outro.

Apenas a relação com um amigo se mostra intensa e positiva.



O diagrama evidenciando o antes e o depois permite notar a expansão do campo relacional, associada à diversificação e uma distinção entre os irmãos, cada um ganhando a sua relevância. Nota-se que o grupo de conversa (ou o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) é promotor da transição e está incluído no campo relacional do jovem.

Essa história é inventada e parcial, tem a pretensão de motivar os trabalhadores do SUAS, por admiração e/ou crítica, a também inventarem/narrarem histórias que expressem seus objetivos e estratégias de trabalho, a partir do ponto de vista de um observador que detém seu olhar sobre as transformações na vida do usuário. Espera-se que, com estratégias semelhantes e outras, os trabalhadores sintam-se mobilizados.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; et.al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América

Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002.

ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In A condição humana. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAUMAN, Zygmunt e MAY, Tim. Ação, identidade e entendimento da vida cotidiana. In Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. 7ª ed. rev. e ampl. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CÂMARA, Gilberto e SPOSATI, Aldaíza. Territórios Digitais: As Novas Fronteiras do Brasil. São Paulo: Revista Estudos Avançados, 2005.

CAMPOS, Gastão Wagner e CAMPOS, Rosana T.O. Co-construção de autonomia: o sujeito em questão. In CAMPOS, Gastão Wagner et al (coord). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUGITEC, Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2006.

CUNHA, J.M.P. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. São Paulo – Campinas: Revista brasileira de Estudos de População, v. 21, n. 2, p. 343-347. jul./dez. 2004.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. Rev. Bras. Educ., Dez 2003, nº 24, p.40-52. ISSN 1413-2478. FERREIRA, Stela da Silva. NOB-RH anotada e comentada. Brasília: MDS/SNAS, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GONTIJO, Daniela Tavares; MEDEIROS, Marcelo. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. Ciênc. saúde coletiva vol.14 no.2, Rio de Janeiro Mar./Apr. 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000200015>, acessado em julho de 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Assistência Social e segurança alimentar. Brasília: Políticas sociais - acompanhamento e análise, 2005.

KRAMER, Gustavo Garcez; FARIA, José Henrique. Vínculos organizacionais. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública-FGV, 2007.

LEMKE. R.A., NEVES DA SILVA, R.A. Um estudo sobre a inerência como estratégia de cuidado no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 21 [3]: 979-1004, 2011

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social, 2007.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. Revista Serviço Social e Sociedade, 82. São Paulo, Cortez, 2005. Disponível em https://docs.google.com/document/pub?id=1K1iclHo7om1ytlUM-XuX_63-wOpIaBC6LLKFOVDxNo

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Vulnerabilidade Socioambiental das Regiões Metropolitanas Brasileiras. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/FASE, 2009.

OLIVEIRA, Rui Aragão. Do vínculo às relações sociais: Aspectos psicodinâmicos. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada - Análise Psicológica, 2 (XVIII), p. 157-170, 2000.

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Trad.: Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAUGAM, Serge. Le lien Social. Tradução livre de pesquisadores do NEPSAS PUC/SP. Paris: Presses Universitaires de France, 2008. Versão traduzida, mimeo.

PICHON-RIVIERE, E. Teoria do vínculo. São Paulo: Martins Editora, 2007, 7ª edição.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queriros. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: construção de Tipologias. Observatório das Metrôpoles, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In PAOLI, Maria Célia e OLIVEIRA, Fran-

cisco de. (organizadores). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, 2ª ed. RJ:Vozes; Brasília: NEDIC, 2000.

_____. As tensões da modernidade. Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005.

SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In Família: redes, laços e políticas públicas. 5ª edição. São Paulo CEDPE- PUC-SP, 2010.

SAWAIA, Bader. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. In Revista Psicologia & Sociedade; 21 (3): 364-372, 2009.

_____. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In SAWAIA, Bader (org.) As artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. São Paulo: Vozes, 2004.

_____. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE-PUC/SP, 2003.

_____. A falsa cisão retalhadora do homem. In MARTINELLI, Maria Lúcia et. all. O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

SPOSATI, Proteção Social na América Latina em Contexto da Globalização. Brasil: Permalink, 2011. <http://www.capemisasocial.org.br/capemisasocial/blog/Lists/Postagens/Post.aspx?ID=33>. Acessado em 10/10/2012.

_____. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. Florianópolis: R. Katál., v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011.

_____. Desafios do sistema de proteção social. São Paulo: Le Monde Diplomatique, 2009.

_____. A. Proteção e desproteção social na perspectiva dos direitos socioassistenciais. Caderno e Textos da VI Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: CNAS/MDSF, dezembro, 2007.

_____. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 77. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. Lisboa: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2002.

_____. Cidade, Território, Exclusão/Inclusão Social. Texto apresentado originalmente no Congresso Internacional de Geoinformação – GEO Brasil, São Paulo, 2000.

TELLES, Vera. Direitos Sociais: afinal do que se trata? IN CENPEC: Muitos lugares para aprender. São Paulo: CENPEC/Fundação Itau Social/UNICEF. 2003

TORRES, Abigail Silvestre. Relatório técnico de entrevistas realizadas com especialistas acadêmicos e do setor público. MDS, 2012.

VIGNOLI, J.R. Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe, 2002. ZOZZOLI, Cecile. Contextualizando os estudos sobre afetividade. São Paulo: NEPSAS, PUC-SP, 2011. Mimeo.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS:

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social: Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993. BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília: Senado Federal, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS). Brasília: MDS, 2005.

_____. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/ Suas). Brasília: MDS, 2007.

_____. Adolescências, juventudes e socioeducativo: concepções e fundamentos. Projovem Serviço Socioeducativo. Brasília: MDS, SNAS, 2009.

_____. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Brasília: MDS, SNAS, 2010b.

_____. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Presidência da República. Brasília: SEDH/ MDS/ CONANDA, 2006.

_____. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

_____. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de até 06 anos e suas Famílias. Brasília: MDS, 2011, no prelo.

_____. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos - Documento de Orientação para Gestores e Técnicos do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: MDS, 2011b, no prelo

_____. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Versão preliminar. Brasília: MDS, 2011c, no prelo.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS nº 109 de 11/11/2009. Brasília: CNAS/MDS, 2009.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Esta publicação não pode ser vendida ou comercializada

0800 707 2003
www.mds.gov.br

MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

